

RELATORIO

ANUAL

DA JUSTIÇA MILITAR

- 1966 -

## RELATÓRIO ANUAL DA JUSTIÇA MILITAR

ANO DE 1966

### APRESENTAÇÃO

Senhores Ministros:

Tenho a honra e a satisfação de apresentar ao plenário desta Corte o Relatório Anual da Justiça Militar referente ao ano de 1966.

Esta prestação de contas se apresenta sob nova forma, dentro das normas para sua elaboração recentemente baixadas. Está mais sintética e objetiva que as anteriores. Sua tônica principal, é a informação administrativa, visando a u'a maior divulgação das atividades em todos os escalões da Justiça Castrense.

No presente Relatório, encontra-se pela primeira vez quadros estatísticos das atividades judiciais das Auditorias, talvez ainda um pouco falhos, mas, sem dúvida, já permitindo uma análise comparativa do trabalho realizado por ambas as entrâncias. É evidente que dessa análise poderão advir providências para u'a melhor distribuição de processos ou criação de novas Auditorias.

Procurou-se relacionar de forma racional a legislação e os atos administrativos de interesse geral baixados durante o ano. É também medida de longo alcance, pois, assim, tem-se à mão preciosa fonte de consulta, facilitando a obtenção de informações necessárias a futuras decisões.

A distribuição deste Relatório também foi ampliada, dentro da idéia já mencionada de se aumentar a troca de informações entre os diversos escalões da Justiça Militar.

O ano de 1966 foi de trabalho fecundo, tanto no setor judiciário como no administrativo. As novas atribuições da Justiça Militar e o consequente aumento do número de Ministros, resultaram em considerável incremento das atividades em ambos os setores. Observando-se este esforço em seus aspectos gerais, verifica-se que foi produtivo, entretanto, ao analisá-lo mais detidamente, nota-se que a falta de uma infra-estrutura administrativa mais moderna e adequada às circunstâncias do presente prejudicou, em parte, o rendimento dos trabalhos. A inexistência de instalações adequadas para o S. T.M. e algumas Auditorias e a falta de atualização da organização da Secretaria e dos Cartórios, foram outras das principais causas do fraco rendimento do esforço desenvolvido. Procurei, sobre tudo, concentrar-me na eliminação dos ôbices apontados e na criação de condições para as próximas administrações poderem afastar com facilidade aquelas que persistirem.

Cumpre ainda assinalar o quanto este Colendo Tribunal, na minha gestão, honrou as tradições de Justiça e Humanidade que traz de mais de século e meio de funcionamento. Sem dúvida, é motivo de orgulho para mim ter pertencido a tão alto pretório, especialmente em momento tão importante da história de nossa Pátria.

Finalmente, desejo referir-me ao futuro. Esta palavra associa-se a confiança, esperança e grandeza. Na prática, liga-se indissolúvelmente a Brasília. Reconhecendo o magnífico porvir reservado ao Brasil, procurei impulsionar ao máximo a transferência deste Tribunal para a nova Capital, onde já devia estar, por imposição hierárquica lógica.

Deixo a meus Pares a incumbência de terminar a tarefa.

Rio de Janeiro, GB, em 9 de fevereiro de 1967.

  
ALMIRANTE DE ESQUADRA DIOGO BORGES FORTES  
MINISTRO-PRESIDENTE

1ª PARTE

CALENDÁRIO

1) APRECIACÃO:

O ano judiciário ora findo que teve início em 7 de março de 1966 e encerramento a 13 de janeiro de 1967, foi marcado pela comemoração de diversas datas festivas, conforme demonstra o calendário.

Além disso, houve a posse de um Ministro, que coincidiu com a abertura do ano judiciário, e estêve em exercício, por algum tempo, como Ministro convocado, o Exmo. Sr. General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, que muito abrilhantou, com sua inteligência e saber, os trabalhos do Tribunal.

Ainda, face às disposições da nova Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, o Tribunal estêve em recesso no período de 20 de dezembro de 1966 a 6 de janeiro de 1967.

2) EVENTOS:

Relação cronológica dos diversos acontecimentos / importantes da Justiça Militar, a saber:

a) Abertura e encerramento do ano judiciário

Março/66

7 - Início dos trabalhos referentes ao ano judiciário de 1966.

Janeiro/67

13 - Encerramento dos trabalhos referentes ao ano judiciário de 1966.

b) Eleições

Não houve.

c) Visitas importantes

Não houve.

d) Cerimônias realizadas no S.T.M.

Abril/66

- 1 - O Tribunal comemorou a passagem de seu 158º aniversário de criação.

Maio/66

- 27 - O Tribunal comemorou a data histórica da Batalha de Tuiuti que completava seu centenário no dia 24 de maio.

Junho/66

- 13 - O Tribunal comemorou à data histórica da Batalha Naval do Riachuelo e o Trigesimo Quinto Aniversário do Correio Aéreo Nacional, transcorridos êsses eventos nos dias 11 e 12 de junho, respectivamente.

Agosto/66

- 24 - O Tribunal comemorou o Dia do Soldado que transcorreu em 25 de agosto.

Outubro/66

- 21 - O Tribunal comemorou o Dia do Aviador que transcorreu em 23 de outubro.

Novembro/66

- 8 - O Tribunal comemorou o Dia da Justiça.

Dezembro/66

- 12 - O Tribunal comemorou o Dia da Marinha que transcorreu em 13 de dezembro.

e) Posses e despedidas de Ministros

Janeiro/66

- 3 - Tomou posse no cargo de Presidente dêste S.T.M., o Exmo. Srl Ministro Almirante-de-Esquadra Diogo Borges Fortes, para o biênio de 1966/1967.

Marco/66

- 7 - Tomou posse no cargo de Ministro dêste S.T.M., o Exmo. Sr. Dr. Alcides Vieira Carneiro.

Junho/66

- 29 - Despediu-se do cargo de Ministro d'este S.T.M., o Exmo. Sr. General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos para o qual fôra convocado, a fim de substituir o // Exmo. Sr. Ministro General-de-Exército Floriano de Lima Brayner.

f) Recessos

Dezembro/66

- 20 - Início do recesso instituído pela Lei nº 5.010/66.

Janeiro/66

- 6 - Término do recesso instituído pela Lei nº 5.010/66.

--X--X--X--X--X--

2<sup>a</sup>. PARTE  
ADMINISTRAÇÃO

I) APRECIACÃO:

Os problemas administrativos da Justiça Militar são múltiplos e de difícil solução. Múltiplos porque o âmbito nacional da judicatura castrense diversifica as providências necessárias ao seu bom funcionamento; de difícil solução devido ao anacronismo existente na atual infra-estrutura administrativa.

As atividades desenvolvidas neste setor em 1966 visaram à simplificação dos métodos empregados, num trabalho permanente para racionalizá-los, evitando esforços desnecessários e abordando aspectos até então abandonados com prejuízo da eficiência do conjunto.

Não acentuado falta de informação administrativa; muito menos reciprocidade. A autonomia judiciária das Auditorias, em relação ao Superior Tribunal Militar, tende a criar uma pretensa autonomia administrativa que traz prejuízo a ambos. Procurou-se reduzir este fator aumentando a troca de informações através de simplificação, racionalização, e maior rapidez de circulação do "Boletim da Justiça Militar" e deste Relatório.

Há excessiva centralização nas pessoas do Presidente e do Director-Geral; aos Directores-de-Serviço é atribuída pouca responsabilidade e, em consequência, quase não têm autonomia administrativa, exceto o da Contabilidade que a tem em excesso, pois despacha diretamente com o Presidente. A inexistência de um Director de Serviços Gerais, responsável pela administração das instalações do STM e dos serviços auxiliares (portaria, transportes, copa, protocolo etc...), obriga o Director-Geral a desempenhar este papel em detrimento das funções de coordenação que lhe competem. A falta de delegação de poderes ao Director-Geral para autorizar a realização de despesas, mesmo de pequena monta, sobrecarrega o Presidente com detalhes de somenos importância. Em resumo: o Presidente e o Director-Geral desgastam-se com questões menores não podendo, portanto, dar a devida

atenção aos problemas de âmbito geral, muitos dos quais, por isso, continuam existindo.

As soluções para os problemas apontados no parágrafo anterior estão, em parte, consubstanciadas nos projetos do "Regimento Interno" e do "Regulamento dos Serviços Auxiliares" entregues ao Tribunal, para estudo, nos fins de 1965. Urge que sejam debatidos e postos em vigor.

Como se vê, ainda há necessidade de muitas providências para melhorarem as condições da administração na Justiça Militar.

Dentre elas, apontamos:

a) Maior vinculação administrativa das Auditorias à Secretaria do STM. Para se cumprir tal objetivo deverá ser incrementada mais ainda a troca de informações entre estes escalões da administração. Isto seria obtido através de medidas como: maior fiscalização da aplicação das verbas orçamentárias das Auditorias, evitando-se assim grandes recolhimentos ao Tesouro; realização de um programa anual de inspeções administrativas das Auditorias de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> entrância, durante as correções; regulamentação dos relatórios anuais das Auditorias, exigindo-se maiores detalhes sobre administração. As inspeções aqui mencionadas poderiam ser realizadas durante as correções, bastando para tanto que sejam precisados, através de Ato, os aspectos a serem observados. Eventualmente, o Presidente do STM faria tais inspeções ou determinaria a participação de funcionários graduados da Secretaria.

b) Cuidado especial na elaboração da proposta orçamentária, procurando-se prover recursos suficientes para manutenção eficiente dos edifícios e para material de escritório. O exemplo mais flagrante dessa é o estado lastimável a que chegaram as Auditorias da Marinha.

A Secretaria do STM, através do Serviço de Contabilidade, deve fiscalizar a propriedade dessas propostas orçamentárias.

c) Aquisição de veículos para todo o serviço da Justiça Militar, visando à completa autonomia neste setor; para tanto é indispensável também proverem-se recursos para a manutenção dessas viaturas.

d) Fusão de alguns das atuais Diretorias-de-Serviço, criação da Diretoria-de-Serviços Gerais e redistribuição de encargos entre elas. Tais medidas podem ser tomadas sem necessidade de se aumentar o atual número de Diretorias-de-Serviço. É essencial uma modernização da burocracia existente na Secretaria do STM. O recebimento, expedição e tratamento interno de papéis são muito complicados porque as atribuições do Protocolo estão divididas com a Portaria e com as diversas Diretorias-de-Serviço. A numeração de expedientes que saem do STM não obedece a uma sequência única. Cada Seção tem seu arquivo administrativo independente. O resultado é um enorme desgaste quando se procura determinado papel administrativo, pois é difícil localizar sua origem.

e) Elevação do nível de conhecimentos do funcionalismo no que tange à administração. Deve ser elaborado um programa de cursos de administração, objetivando melhorar o nível atual. Paralelamente, devem ser criados incentivos para a frequência a esses cursos, considerando-os requisito para promoção ou desempenho de determinadas funções.

f) Solução definitiva da situação dos militares no STM. Torna-se cada dia mais premente a criação de um Gabinete Militar, junto a Presidência, a fim de cuidar dos múltiplos problemas administrativos decorrentes do grande número de militares, oficiais e praças, das três Forças Armadas que servem no Tribunal. Esse Gabinete Militar seria também de grande utilidade como assessoria do Presidente para o trato de diversos assuntos junto ao Executivo.

g) Organização de um serviço de rancho adequado às necessidades de todos os níveis de funcionários que trabalham no STM, de

Ministros e auxiliares da limpeza, incluindo-se ali os militares das diversas categorias. Já foram mantidos contatos com os ministérios militares a respeito, tendo sido sustados em virtude da falta de espaço para as instalações. Tal problema poderá ter solução definitiva em Brasília onde estão previstas instalações adequadas.

A vista do que acaba de ser apontado confirma-se a assertiva feita no inicio destas considerações: os problemas são múltiplos e de difícil solução. Aqui, procuramos nos referir às questões de organização e estruturação administrativa. As falhas materiais que se poderia apontar serão, em grande parte, resolvidas com a mudança para Brasília. Somente novas instalações darão cobro aos problemas de falta de espaço e desconforto atualmente existentes.

Procuramos resolver as questões mais urgentes e implantar condições para a solução das outras. Temos certeza que nossos sucessores saberão enfrentá-las e解决-las da maneira que melhor convenha aos interesses do serviço.

## 2) PRINCIPAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS:

### a) Transferência para Brasília:

Foram incrementadas as providências destinadas a acelerar a transferência do STM para a Capital Federal, tendo sido realizadas várias viagens a Brasília pelo Assistente Militar desta Presidência com este fim. No princípio do mês de setembro compareceu à Capital Federal uma comissão composta pelos Exm<sup>os</sup>. Srs. Ministros Almirante-de-Esquadra DIOGO BORGES FORTES, Presidente, General-de-Exército - FLORIANO DE LIMA BRAYNER, Tenente-Brigadeiro ARMANDO PERDIGÃO e DR. ALCIDES VIEIRA CARNEIRO. Essa comissão assistiu ao início das obras do edifício sede do STM, além de manter vários contatos com autoridades federais e locais directa ou indirectamente ligadas ao problema da instalação do Tribunal em Brasília.

### I) Construção de apartamentos

O problema crucial de Brasília é a falta de moradia. Assim, procurou-se abordar em primeiro lugar esta questão, iniciando-se a construção de 96 apartamentos os quais deverão estar prontos em meados de 1967. A NOVACAP, autorizada por este Tribunal, abriu concorrência em 15/12/66 para a construção de mais 132 apartamentos que deverão estar prontos, dentro do ritmo atual, em princípios de 1968. As necessidades da Justiça Militar são de 250 apartamentos aproximadamente. Assim, será preciso ainda construir mais um bloco de 30 apartamentos do tipo destinado para funcionários subalternos, para ficar completamente resolvido o problema de moradia do pessoal do Superior Tribunal Militar, Procuradoria Geral da Justiça Militar, Auditoria de Correição e Auditoria da 11ª Região Militar.

### II) Construção do edifício-sede

Na primeira semana de setembro, conforme já mencionado, iniciaram-se as obras do edifício sede do STM na Praça da Justiça, em Brasília. O prédio possuirá amplas acomodações para o Superior Tribunal Militar, Auditoria de Correição e três Auditorias militares. Em 1966 foram atacadas as fundações e em princípio de 1967 será aberta concorrência para que esteja completamente terminado, caso se mantenha um bom ritmo das obras.

### III) Previsão de custo e créditos solicitados:

O prosseguimento das construções da Justiça Militar em Brasília depende, óbviamente, de verbas para este fim. Decidida a transferência e tomadas as providências básicas com tal objectivo, é imperativo que sejam as obras mantidas no ritmo em que estão, pois, assim, serão concluídas pelo menor preço e em prazo razoável. Qualquer protelação por falta de recursos redundará em considerável prejuízo para os cofres públicos, pois, já há enorme capital empregado nas obras, além desses compromissos assumidos com as firmas empreiteiras obrigarem ao pagamento de juros em caso de atraso no cumprimento das obrigações assumidas.

O quadro demonstrativo abaixo mostra claramente a situação financeira do empreendimento, indicando as providências já tomadas. Em complemento, deve-se considerar seriamente as necessidades nôo apontadas quando da elaboração da proposta orçamentária para 1968.

#### CONSTRUÇÕES EM BRASÍLIA

##### 1) VERBAS EM APLICAÇÃO

###### ORÇAMENTO DE 1965

Apartamentos:	1.100.000.000
Edifício - Sede:	0
Total:	1.100.000.000

###### ORÇAMENTO DE 1966:

Apartamentos:	719.180.000
Edifício - Sede (Justiça Militar)	0
Edifício - Sede (Novacap):	140.000.000
Total:	859.180.000

###### ORÇAMENTO DE 1967:

Apartamentos:	500.000.000
Edifício - Sede (Justiça Militar)	700.000.000
Edifício - Sede (Novacap)	400.000.000
Total:	1.600.000.000

Total em aplicação nos apartamentos:

2.319.180.000

Total em aplicação no edifício-sede:

1.210.000.000

Total Geral em aplicação:

3.559.180.000

##### 2) PREVISÃO DE CUSTO:

Apartamentos em construção (228) (96 - termínio em julho de 1967 132 - termínio estimado - março 1968)	7.800.000.000
Apartamentos a serem construídos (30)	700.000.000
Total do custo de 258 apartamentos	8.500.000.000
Verbas existentes até 31/12/67	2.319.180.000
Verbas necessárias após 1967	6.180.820.000
Custo do Edifício-sede	5.400.000.000
Verbas existentes até 31/12/67	1.210.000.000
Verbas necessárias após 1967	1.160.000.000

##### 3) RESUMO:

Custo estimado Global das obras:	13.900.000.000
Verbas existentes até 31/12/67	3.559.180.000
Verbas necessárias após 1967	10.340.820.000

##### 4) OBSERVAÇÕES:

- Verba solicitada à Procuradoria Geral da Justiça Militar -  
29 apartamentos (Ofício 408 de 13/10/66)

Ano de 1967	500.000.000
Ano de 1968	600.000.000
Total	1.100.000.000

B) Crédito especial de dois bilhões de cruzados solicitado ao Exmo. Sr. Presidente da República (Ofício 425 de 10/11/66).

Residências	1.500.000.000
Edifício-Sede	500.000.000

C) A Novacap tem auxiliado c/créditos orçamentários (540 milhões até 31/12/67) para a construção do edifício-sede. É possível que continue procedendo assim, desde que haja interesse do STM a respeito.

b) Proposta orçamentária para 1967:

A proposta orçamentária da Justiça Militar para 1967 foi elaborada com algumas alterações substanciais em relação a de 1966. Destacam-se os seguintes aspectos:

1) O valor global da proposta orçamentária da Justiça Militar para 1967 foi de NCr\$ 8.065.902. O orçamento finalmente aprovado e sancionado, foi de NCr\$ 6.332.900,00 (STM: NCr\$ 3.285.000,00). Para 1966 consignava-se NCr\$ 4.140.876,00 (STM: NCr\$ 1.865.710);

2) Proposta de verba para a aquisição de veículos (NCr\$.... 114.000,00 - aprovados: NCr\$ 65.000,00). Paralelamente propõe-se um grande aumento da verba para a sua manutenção e para combustíveis e lubrificantes. Sugere-se que para 1968 sejam feitas propostas de aumentos percentualmente maiores para compra de veículos, manutenção e combustíveis objetivando a independência do Superior Tribunal Militar neste setor. Tal providência é muito necessária, principalmente ao se considerar a future mudança para Brasília onde os Ministérios Militares carecem de recursos logísticos para poderem ceder gasolina e sobressalentes ao STM, como ocorre no Rio de Janeiro;

3) Aumento substancial da alínea destinada à gratificação de

gabinete, tendo em vista sua futura instituição, o que se deu pelo Ato nº 1430/66;

4) Aumento sensível da verba destinada às diárias de viagem, com o objetivo de dar maior mobilidade, em especial, ao Exmo. Sr. Dr. Auditor Corregedor;

5) Grande aumento na verba destinada à gratificação do serviço extraordinário cujos valores anteriores não atendiam às necessidades.

c) Crédito especial de NCr\$ 500.000,00:

O crédito de NCr\$ 500.000,00 aprovado pela Lei 5.038, de 17/6 de 1966, não foi entregue ainda à Justiça Militar. São convenientes gestões, junto ao Ministério da Fazenda para o recebimento urgente da parcela de NCr\$ 250.000,00 referente a 1967. Sugere-se, entre outras, que este crédito seja empregado com as seguintes finalidades:

1) Pintura geral do edifício do STM (interna e externa) e recondicionamento do mobiliário;

2) Aquisição de estantes funcionais para a Biblioteca e que possam ser aproveitadas em Brasília;

3) Compra de móveis de escritório para as Auditorias da Marinha;

4) Aquisição de equipamentos de ar condicionado para a Presidência e salas de uso dos Exmºs. Srs. Ministros;

5) Atendimento das necessidades materiais das Auditorias da Entrância, em especial quanto a mobiliário e conservação dos edifícios;

6) Compra de relógios de ponto para o STM e Auditorias, a fim de melhor poder-se controlar os horários de saída e chegada do funcionalismo;

d) Auditorias:

O prédio das Auditorias da Marinha está sendo inteiramente re-

formado pela Directoria de Engenharia da Marinha com verba do respectivo Ministério. As Auditorias, atualmente ocupando um só andar e utilizando a sala de sessões em sistema de rodízio, ocupam dois andares no referido edifício. Para a nova sede de sessões da 1<sup>a</sup> Auditoria foi encomendado mobiliário adequado ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro a ser pago pela verba de 500.000 citada anteriormente.

Foi criada a Auditoria da 11<sup>a</sup> Região Militar pelo Decreto-Lei nº 26 de 7/11/66. Em consequência, o Tribunal dirigiu ofício ao EMFA solicitando colaboração na sua instalação.

As Auditorias da 7<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> Regiões Militares prosseguiram as obras de construção das respectivas sedes, utilizando-se para tanto dos créditos orçamentários, respectivamente, de NCr\$ 26.152,00 e NCr\$ 16.999,00, consignados no orçamento de 1966. A Auditoria da 8<sup>a</sup> Região Militar, apesar de contar também com um crédito de NCr\$ 26.152,00 no mesmo orçamento, não iniciou as obras em virtude de dificuldades na obtenção do terreno. No orçamento de 1967 foram consignadas verbas para o prosseguimento e conclusão das sedes dessas Auditorias, respectivamente, NCr\$ 18.200,00 para a da 10<sup>a</sup> R.M. e NCr\$ 28.000,00 para as das 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões Militares.

#### c) Regimento Interno:

As propostas do "Regimento Interno" e do "Regulamento dos Serviços Auxiliares do STM", apresentadas no fim de 1965, não foram apreciadas durante o ano de 1966. Urge que tal se faça em 1967 a fim de se dotar a Justiça Militar, em especial o STM, de uma infra-estrutura administrativa mais adequada às suas necessidades. Sugere-se, entretanto, uma alteração na proposta apresentada: a criação do cargo de Director de Serviços Gerais, tendo como subordinados a Portaria, o Serviço Médico, o Serviço de Transportes e o de Protocolo, Expedição e Comunicações.

É essencial para a melhoria da administração a criação dessa Diretoria, pois, há atualmente uma verdadeira pulverização de os-

forços do Director-Geral devido à falta de um elo de ligação entre  
ele e estes serviços.

f) "Cerimonial da Justiça Militar":

O Ato nº 1193/66 instituiu uma comissão destinada a elaborar  
um ante-projeto do "Cerimonial da Justiça Militar". Os trabalhos  
foram concluídos em julho de 1966 tendo sido distribuídas cópias  
do projeto aos Exm<sup>os</sup>. Srs. Ministros para estudo. Sugere-se a bre-  
ve adoção das referidas Normas.

g) Revisão do "Boletim da Justiça Militar"

O Ato nº 1319/66 estabeleceu novas normas para feitura e dis-  
tribuição do "Boletim da Justiça Militar" objectivando sua simpli-  
ficação e melhor e mais rápida divulgação. Dentro dessa linha de  
ação o B.J.M. e as actas das sessões passaram a ser enviadas via  
Aérea para as Auditorias de 1ª Entrância.

h) Revisão do "Relatório Anual da Justiça Militar"

O Ato nº 1443/66 estabeleceu novas normas para a feitura e dis-  
tribuição do "Relatório Anual da Justiça Militar", objectivando sim-  
plificá-lo e torná-lo um instrumento útil para administração.

i) Nomeações para a Justiça Militar:

Procurou-se abreviar o espaço de tempo decorrido entre a pro-  
posta e consequente nomeação de Auditores, Advogados-de-ofício e  
substitutos. Foi instituído um modelo de informações sobre os pos-  
tulantes o qual é encaminhado à Presidência da República juntamen-  
te com o expediente da proposta. Tais informações facilitam o le-  
vantamento, pelo SNI, da vida progressa dos candidatos.

j) Diárias de alimentação e pousada:

O Ato 1372/66 estabeleceu novos valores para as diárias a serem  
pagas ao pessoal da Justiça Militar quando em viagem a serviço.  
Tal regulamentação objectivou u' a maior economia, permitindo que au-  
mentasse, com a mesma verba, o número de correcções fora do R. de

Janeiro.

k) Militares:

Foram instituídas as "Directivas para o Serviço de Militares" (Ato nº 1367/66) a serem assinadas pelo Assistente Militar da Presidência. Tais Directivas têm como objetivo disciplinar as atividades dos militares que servem no STM e cuja situação, afastados dos respectivos Ministérios, é bastante peculiar. Não se faz uso desse novo instrumento no decorrer de 1966, mas a sua criação facilitará regulamentar-se tais atividades, coisa que se faz muito necessária.

As instalações do Contingente Militar foram pintadas e arrumadas. Foi transferido, da Biblioteca para o Contingente Militar, o arquivo dos boletins, ordens-do-dia e almanacos das três Forças Armadas. O Ministério da Aeronáutica, mediante solicitação do STM, restabeleceu a remessa dos seus boletins interrompida desde 1964.

l) Organização do Serviço de Transportes:

O Serviço de Transportes teve suas atividades reguladas pelos Atos 1337, 1378, 1362 e 1418 os quais definiram as atribuições e subordinações do Chefe do Serviço de Transportes, permitiram os reparos em carros particulares mediante indenização e traçaram normas quanto ao emprego das viaturas. O ato 1435 autorizou a emissão de "Directivas para o Serviço de Transportes" pelo Secretário-Geral da Presidência. As Directivas para o Serviço de Transportes" pelo Secretário-Geral da Presidência. As Directivas permitem a regulamentação detalhada do Serviço de Transportes sem recorrer-se à emissão de Atos do Presidente.

Foram adquiridos 10 veículos, compreendendo 7 carros de representação (Aero Willys), duas camionetas (Volkswagen) e um jipe (Willys). Os recursos foram providos por um crédito especial de NCr\$ 90.000,00. Os carros de representação destinaram-se ao serviço da Presidência (2) e dos Exm<sup>os</sup>. Srs. Ministros togados (5).

No orçamento para 1967 foi consignado um crédito de NCr\$..... 65.000 (proposto: NCr\$ 114.000,00), para a aquisição de novos carros de representação, e fim de tornar o STM auto-suficiente nesse sector. Sugere-se a inclusão, na proposta orçamentária para 1968, de verba suficiente para atingir esse objectivo.

O portão do lado direito do prédio do STM foi alterado pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro para permitir o aproveitamento da árca interna como estacionamento. Também foi solicitado ao AMRJ a construção de uma cobertura para a referida árca.

m) Instalação para novos Ministros:

Tomaram-se algumas medidas administrativas em virtude do aumento do número de Ministros. A bancada da sala de sessões foi ampliada pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, alterando-se, em consequência, a disposição da mesa do Procurador-Geral e da tribuna dos advogados. A Comissão Especial de Obras nº 7, da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, dividiu a sala ao lado do refeitório, montando quatro camarotes para os novos Ministros.

n) Renovação e manutenção do material do escritório:

Foram recuperados, na Diretoria de Eletrônica da Marinha, 18 máquinas de escrever e 5 ventiladores que estavam fora de uso; foram adquiridas 9 mesas de escritório para a sala dos Assistentes Militares. Instalou-se luz individual no Plenário, no Gabinete da Presidência e nas diversas Seções do Tribunal (exceto na Contabilidade).

o) Inauguração de retratos no salão nobre:

Completo-se a galeria do salão nobre com a inauguração dos retratos a óleo do jurista Teixeira de Freitas (oferecido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros), do D. João VI (oferecido

to de um grupo de personalidades ilustres, reunido pelo Exmº. Sr. Governador do Estado de Guanabara) e do Eng. Alberto Santos Dumont (oferecido pelo Ministério da Aeronáutica).

p) Revisão de circuitos internos de comunicações:

Procedeu-se ao reparo do sistema de interfones e de telefones internos pelo pessoal militar do Ministério da Marinha. Foram instalados telefones desse tipo na garagem, no plenário e na sala dos Assistentes Militares; os aparelhos empregados foram retirados da Contabilidade, 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Auditorias. O serviço ficou incompleto devendo prosseguir em 1967. É conveniente a retirada do interfone da atual sala do Vice-Director para a Copac e a remoção da unidade existente na Secretaria de Presidência para o Gabinete do Presidente.

q) Reparos no edifício do STM:

O telhado do edifício do STM foi quase que completamente substituído em virtude do estado precário em que se encontrava. O serviço foi executado pela Comissão Especial de Obras nº 7 da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército.

3) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

Especificação do movimento financeiro, conforme discriminado a seguir:

a) Benefícios:

1) Ajudas-de-custo:	nº 3;	valor	1.897.000
2) Auxílio-doença:	nº 1;	"	535.820
3) Auxílios-funeral:	nº 9	"	4.518.667
4) Diárias:	nº 125	"	<u>3.106.753</u>
Valor total . . .			10.058.240

b) Aquisição de material:

1) Despesas de custeio . . . . .	20.981.481
2) Investimentos . . . . .	482.440
3) Fundo Financeiro (Economia)	
a) Brasília . . . . .	1.100.000.000
b) Economia . . . . .	<u>14.607.303</u> <u>1.114.607.303</u>
Total . . . . .	1.136.071.224

c) Despesas com obras públicas:

Brasília . . . . .	719.180.000
--------------------	-------------

d) Pagamentos de pessoal:

1) Janeiro . . . . .	175.170.019
2) Fevereiro . . . . .	176.352.391
3) Março . . . . .	179.281.056
4) Abril . . . . .	179.027.239
5) Maio . . . . .	179.677.422
6) Maio (suplementar) . . . . .	112.179.842
7) Junho . . . . .	180.769.977
8) Junho (suplementar) . . . . .	37.410.182
9) Julho . . . . .	183.566.387
10) Julho (suplementar) . . . . .	49.378.600
11) Agosto . . . . .	187.510.220
12) Setembro . . . . .	185.709.516
13) Setembro (suplementar) . . . . .	12.248.000
14) Setembro (suplementar) . . . . .	50.743.622
15) Outubro . . . . .	202.170.256
16) Novembro . . . . .	199.697.743
17) Dezembro (Ministros) . . . . .	40.815.685
18) Dezembro (Funcionários) . . . . .	161.888.178

19) Dezembro (suplementar) . . . . .	241.698.113
20) Dezembro (suplementar) . . . . .	<u>20.219.826</u>
T o t a l . . . . .	2.755.514.274

g) Balanço anual:

VERBAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITA

Renda extraordinária . . . . .	119.522
--------------------------------	---------

MOVIMENTO DE FUNDOS

Suprimentos recebidos:

3.0.0.0 - Despesas Corrente-Lei nº 4.900, de 10-12-65-	40.394.000
--	------------

4.0.0.0 - Despesas de Capital Lei nº 4.900, de 10-12-65 .....	723.108.000
---	-------------

Decreto nº 56.727, de 1965 .....	660.814
----------------------------------	---------

Decreto nº 59.214, de 1966 .....	<u>90.000.000</u> 854.162.814
----------------------------------	-------------------------------

Restos a pagar de 1966 . . . . .	<u>1.974.637</u>
----------------------------------	------------------

<b>TOTAL DA RECEITA . . . . .</b>	856.256.973
-----------------------------------	-------------

<b>SALDO DE 1965 . . . . .</b>	<u>2.766.639</u>
--------------------------------	------------------

<b>TOTAL GERAL DA RECEITA . . . . .</b>	859.023.612
---	-------------

DESPESA

3.0.0.0 - Despesas Correntes . . . . .	20.981.481
--	------------

4.0.0.0 - Despesas de Capital . . . . .	719.662.440
---	-------------

Restos a pagar . . . . .	2.392.986
--------------------------	-----------

Decreto nº 56.727/65 - dispendida . . . . .	651.358
---	---------

Decreto nº 59.214/66 - dispendida . . . . .	85.196.400
---	------------

Recolhido ao Tesouro Nacional . . . . .	275.155
---	---------

FUNDO FINANCEIRO

ECONOMIA DO S.T.M.

Transferências:

Saldo orçamentário . . . . .	22.851.719
------------------------------	------------

Saldo - Decreto nº 59.214/66 . . . . .	<u>4.803.600</u> 27.655.319
--	-----------------------------

<b>TOTAL DA DESPESA . . . . .</b>	856.815.139
-----------------------------------	-------------

SALDO PARA 1967 . . . . .	<u>2.208.473</u>
TOTAL GERAL DA DESPESA . . . . .	859.023.612

### ECONOMIAS

#### RECEITA

Adiantamentos . . . . .	4.756.225
Renda Extraordinária . . . . .	3.879.342
3.0.0.0 - Despesas Correntes	
Saldo transferido . . . . .	19.406.159
4.0.0.0 - Despesas de Capital	
Saldo transferido . . . . .	3.445.560
Decreto-lei nº 59.214/66	
Saldo transferido . . . . .	4.803.600
Restos a pagar - Economias - 1966 . . . . .	496.042
Saldo de 1966 . . . . .	<u>1.114.607.303</u>
TOTAL GERAL DA RECEITA . . . . .	1.151.394.231

#### DESPESA

Despesas . . . . .	1.116.397.103
Adiantamentos . . . . .	<u>3.718.775</u>
SALDO PARA 1967 . . . . .	<u>31.278.353</u>
TOTAL GERAL DA DESPESA . . . . .	1.151.394.231

### 3ª PARTE

#### ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E BURECRÁTICAS

##### 1) APRECIACÃO:

No ano judiciário de 1966, foram intensas as atividades judiciárias e burocráticas do Tribunal e das Auditorias Militares.

A ampliação da esfera de competência da Justiça Militar, acrescida do aumento progressivo de feitos, que normalmente acompanha o desenvolvimento demográfico do III país, fêz com que o movimento de processos no Tribunal e nas Auditorias, atingisse a uma escala sem precedentes.

Também o movimento administrativo, em consequência do grande número e da complexidade das leis aplicáveis ao pessoal da Justiça Militar, quer no setor de direitos, quer no de vencimentos e vantagens, atingiu a um índice de comprovada elevação.

Tudo isso, e mais as atividades da Ordem do Mérito Jurídico Militar, vem demonstrado nos quadros e mapas estatísticos a seguir, que falam mais eloquientemente do que foram essas atividades judiciárias e burocráticas do ano Judiciário que se findou.

## 2) ESTATÍSTICA:

### A) SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

#### I) PLENÁRIO:

a) Número total de sessões realizadas . . . . .	117
b) Movimento geral:	
1) Ações Originárias . . . . .	2
2) Apelações . . . . .	743
3) Conflitos de jurisdição . . . . .	9
4) Correções Parciais . . . . .	33
5) Desaforamentos . . . . .	6
6) Habeas-corpus . . . . .	636
7) Inquéritos . . . . .	9
8) Mandados de segurança . . . . .	4
9) Petições . . . . .	14
10) Questões Administrativas . . . . .	20
11) Recursos Criminais . . . . .	114
12) Representações . . . . .	40
13) Revisões Criminais . . . . .	14
c) Duração média das sessões . . . . .	4 horas

#### II) ORDEM DO MÉRITO JURÍDICO MILITAR:

##### a) Reuniões do Conselho:

Ordinárias . . . . .	2
Extraordinárias . . . . .	2

##### b) Processos julgados:

1) Alta Distinção . . . . .	37
2) Distinção . . . . .	17
3) Bons Serviços . . . . .	12

III) GABINETE DA PRESIDENCIA:

a) Ofícios expedidos:

Presidente . . . . .	471
Secretário do Presidente . . . . .	80

b) Telegramas expedidos:

Presidente . . . . .	435
Secretário do Presidente . . . . .	118

IV) GABINETE DO DIRETOR-GERAL:

a) Exposições . . . . .	51
b) Memorandos do Diretor-Geral . . . . .	60
c) Mensagens . . . . .	1
d) Ofícios do Diretor-Geral . . . . .	51
e) Pareceres do Diretor-Geral . . . . .	212
f) Relatórios . . . . .	1
g) Telegramas do Diretor-Geral . . . . .	47
h) Valor da arrecadação por pagamentos diversos - Cr\$2.925.118.	

V) 1ª SEÇÃO-ADMINISTRATIVA:

a) Apostilas . . . . .	362
b) Atos do Presidente . . . . .	372
c) Boletins da J.M. . . . .	33
d) Certidões . . . . .	22
e) Documentos protocolados na Seção . . . . .	2.900
f) Informações nos processos administrativos . .	740
g) Memorandos . . . . .	416
h) Ofícios Circulares . . . . .	27
i) Ofícios do Diretor-Geral . . . . .	643
j) Ofícios do Presidente . . . . .	68
l) Ordens-de-serviço do Diretor-Geral . . . . .	153
m) Portarias do Diretor-Geral . . . . .	197
n) Projetos de decretos . . . . .	27
o) Questões Administrativas . . . . .	20
p) Telegramas e Rádios . . . . .	617
q) Térmos de posse . . . . .	26

VI) 2ª SEÇÃO-JUDICIÁRIA:

a) Alvarás de soltura . . . . .	6
b) Apelações . . . . .	775
c) Cartas de guia de sentença expedidas . . . . .	1

d) Conflitos de jurisdição . . . . .	8
e) Correções . . . . .	37
f) Desaforamentos . . . . .	6
g) Embargos . . . . .	17
h) Habeas-Corpus . . . . .	602
i) Inquéritos . . . . .	7
j) Mandados de prisão expedidos . . . . .	1
l) Mandados de segurança . . . . .	4
m) Ofícios expedidos:	
1) Remetendo cópias de acórdãos . . . . .	2.598
2) Remetendo autos em cumprimento a acórdão	89
3) Assinados p/Presidente . . . . .	35
4) Assinados p/Diretor-Geral . . . . .	2.652
n) Petições . . . . .	20
o) Processos de Forma Especial . . . . .	477
p) Processos de Forma Ordinária . . . . .	221
q) Processos remetidos à Procuradoria-Geral .	953
r) Qualificações . . . . .	1
s) Recursos Criminais . . . . .	128
t) Recursos de Habeas-Corpus . . . . .	19
u) Relatórios . . . . .	1
v) Representações . . . . .	44
x) Revisões Criminais . . . . .	17
z) Testemunhas ouvidas . . . . .	34

VII) 3<sup>a</sup> SEÇÃO - LEGISLAÇÃO-JURISPRUDÊNCIA E DATILOGRAFIA:

a) Acórdãos prolatados e datilografados:	
1) Min. Dr. Octávio Murgel de Rezende . . .	93
2) Min. Gen. Ex. Floriano de Lima Brayner . .	45
3) Min. Dr. João Romeiro Neto . . . . .	130
4) Min. Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa	138
5) Min. Gen. Ex. Olympio Mourão Filho . . . .	117
6) Min. Gen. Ex. Pery Constant Beviláqua . .	140
7) Min. Ten. Brig. Armando Perdião . . . . .	151
8) Min. Alm. Esq. Waldemar de Figueiredo Costa	116
9) Min. Ten. Brig. Gabriel Grun Moss . . . .	107
10) Min. Ten. Brig. Francisco de Assis Corrêa de Melo . . . . .	100
11) Min. Alm. Esq. José Santos de Saldanha da Gama . . . . .	110
12) Min. Gen. Ex. Octacílio Terra Ururahy . .	115

13) Min. Dr. Alcides Vieira Carneiro . . . . .	76
14) Min. Dr. Waldemar Torres da Costa (convocado) . . . . .	158
b) Acórdãos selecionados e remetidos para publicação no Diário Oficial . . . . .	344
c) Acórdãos proferidos:	
1) Ações originárias . . . . .	4
2) Apelações . . . . .	750
3) Conflitos de jurisdição . . . . .	5
4) Correções . . . . .	4
5) Correções parciais . . . . .	25
6) Desaforamentos . . . . .	5
7) Embargos . . . . .	4
8) Habeas-corpus . . . . .	588
9) Incompatibilidade para o oficialato . . . . .	1
10) Inquéritos . . . . .	5
11) Mandados de segurança . . . . .	4
12) Petições . . . . .	14
13) Petição administrativa . . . . .	1
14) Questões administrativas . . . . .	16
15) Recursos criminais . . . . .	116
16) Revisões criminais . . . . .	13
17) Relatório . . . . .	1
18) Representações . . . . .	40
d) Cadernos de separatas selecionados . . . . .	1
e) Certidões extraídas . . . . .	28
f) Documentos remetidos ao Arquivo . . . . .	121
g) Ementários mensais . . . . .	7
h) Expedientes entrados . . . . .	129
i) Ofícios expedidos: Diretor-Geral . . . . .	54
j) Ofícios recebidos . . . . .	49
l) Ofícios circulares . . . . .	7
m) Memorandos . . . . .	78
n) Processos remetidos à 2ª Seção:	
1) Ações originárias . . . . .	4
2) Apelações . . . . .	707
3) Conflitos de jurisdição . . . . .	5
4) Correções . . . . .	26
5) Correções parciais . . . . .	7

6) Desaforamentos . . . . .	5
7) Embargos . . . . .	7
8) Habeas-corpus . . . . .	556
9) Incompatibilidade para o oficialato . . . . .	1
10) Inquéritos . . . . .	5
11) Mandados de segurança . . . . .	3
12) Petições . . . . .	12
13) Petição administrativa . . . . .	1
14) Prisão preventiva . . . . .	1
15) Questões administrativas . . . . .	15
16) Recursos criminais . . . . .	114
17) Revisões criminais . . . . .	14
18) Relatório . . . . .	1
19) Representações . . . . .	47

VIII) ARQUIVO:

a) Processos e documentos arquivados:

1) Ação Origindária . . . . .	2
2) Apelações . . . . .	601
3) Carta Testemunhal . . . . .	1
4) Conflitos de Jurisdição . . . . .	1
5) Correções Parciais . . . . .	12
6) Desaforamentos . . . . .	2
7) Habeas-corpus . . . . .	541
8) Inquéritos . . . . .	4
9) Mandado de Segurança . . . . .	2
10) Ofícios . . . . .	223
11) Pastas de Concurso de Oficial-Judiciário (inscrições) . . . . .	621
12) Pastas de assentamentos dos funcionários da Justiça Militar . . . . .	39
13) Petições . . . . .	7
14) Petição Administrativa . . . . .	1
15) Prisão Preventiva . . . . .	1
16) Processos enviados pela Auditoria de Cor reição . . . . .	1.124
17) Questões Administrativas . . . . .	10
18) Recursos Criminais . . . . .	38
19) Relatório da Auditoria de Correição . . . . .	1
20) Representações . . . . .	37
21) Requerimentos . . . . .	137
22) Revisões Criminais . . . . .	13

23) Telegramas . . . . .	42
b) Processos e documentos fichados:	
1) Ação Originária . . . . .	47
2) Apelação . . . . .	2.162
3) Conflito de Jurisdição . . . . .	1
4) Correição Parcial . . . . .	113
5) Desaforamento . . . . .	10
6) Inquérito . . . . .	26
7) Mandado de Segurança . . . . .	9
8) Petição . . . . .	10
9) Prisão Preventiva . . . . .	3
10) Processos Findos de Forma Ordinária . . .	2.190
11) Processos indeterminados . . . . .	1.308
12) Questão Administrativa . . . . .	9
13) Recurso Criminal . . . . .	546
14) Representação . . . . .	114
15) Revisão Criminal . . . . .	21
c) Serviço de datilografia:	
1) Certidões (938 folhas) . . . . .	121
2) Cópias autênticas (254 folhas) . . . . .	32
3) Memorandos . . . . .	40
4) Ofícios . . . . .	121
5) Requerimentos não atendidos por motivos diversos . . . . .	14
d) Requisições feitas:	
1) Órgãos públicos (processos) . . . . .	37
2) Advogados (processos) . . . . .	48
3) Internas (por papeletas) . . . . .	135

#### IX) PROTOCOLO:

a) Documentos registrados:	
1) Diversos . . . . .	250
2) Ofícios . . . . .	4.400
3) Requerimentos . . . . .	1.310
4) Telegramas . . . . .	1.201
b) Documentos recebidos e entregues diretamen- te aos interessados: . . . . .	326
c) Documentos reservados . . . . .	25

d) Expediente próprio:

Memorandos . . . . .	13
Ofícios . . . . .	113
Telegramas . . . . .	4

X) BIBLIOTECA:

a) Consultas diversas . . . . .	580
b) Livros entrados:	
1) Por compra . . . . .	6
2) Por oferta . . . . .	35
c) Livros fichados . . . . .	85
d) Ofícios expedidos . . . . .	3
e) Ofícios recebidos . . . . .	-
f) Publicações colecionadas:	
1) Almanaque da Justiça Militar . . . . .	-
2) Atas das sessões ..... Ano de 1966	
3) Diários do Congresso Nacional-Ano de 1966	
4) Diários Oficiais da União .. Ano de 1966	
5) Diários Oficiais do Estado da Guanabara ..... Ano de 1966	
6) Jurisprudência do S.T.M.- (2º semestre de 1965)	
7) Jurisprudência do S.T.F. (1965-1966) Jurisprudência do T.F.R. (1965)	
8) Revista Forense (sem atualização desde 1963)	
9) Outras publicações monográficas, que se atualizam como se periódicos fossem, não puderam ser atualizadas por falta de verba.	
g) Publicações diversas recebidas . . . . .	170
h) Total de volumes existentes . . . . .	11.051

XI) SERVIÇO DE CONTABILIDADE:

a) Expediente enviado:

1) Empenhos . . . . .	272
Empenhos-Fundo Financeiro-Economia . . . . .	223
2) Memorandos . . . . .	134
3) Notas de Fornecimento . . . . .	255
4) Ofícios assinados pelo Presidente . . . . .	157
5) Ofícios do Serviço de Contabilidade . . . . .	226

6) Certidões . . . . .	14
7) Telegramas . . . . .	150
b) Expediente recebido:	
1) Avisos . . . . .	11
2) Boletins . . . . .	33
3) Diversos . . . . .	24
4) Faturas . . . . .	255
5) Memorandos . . . . .	400
6) Ofícios . . . . .	349
7) Pedidos . . . . .	75
8) Processos . . . . .	66
9) Telegramas . . . . .	50
10) Requerimentos . . . . .	75

XII) SERVICO MEDICO:

1) Consultas . . . . .	269
2) Curativos . . . . .	141
3) Dispensas . . . . .	45
4) Diversos . . . . .	44
5) Exames médicos . . . . .	-
6) Injeções endovenosas . . . . .	24
7) Injeções musculares . . . . .	420
8) Licenças . . . . .	33
9) Medicações . . . . .	236
10) Injeções subcutâneas . . . . .	110
11) Urgências . . . . .	3
12) Receitas . . . . .	263
13) Visitas domiciliares . . . . .	18
14) Pequena cirurgia . . . . .	-
15) Pareceres Médico . . . . .	7
16) Pedidos de Exame de Sangue . . . . .	9
17) Pedidos de Exames de Raio X . . . . .	16
18) Pedidos de Exames de Urina . . . . .	3
19) Pedidos de Exames de Fezes . . . . .	3
20) Pedidos de Exames Diversos . . . . .	4
21) Vacinas (dozes) . . . . .	108

XIII) PORTRARIA:

1) Atas (à Imp. Nacional) . . . . .	112
-------------------------------------	-----

2) Atas (às Auditorias e outros) . . . . .	896
3) Atos e publicações (à Imp. Nacional) . . . . .	400
4) Ofícios . . . . .	1.688
5) Telegramas (Correios e Telégrafos) . . . . .	5.403
6) Rádios (Serv. Rádio M.Guerra) . . . . .	3.675
7) Registrados (Correios e Telégrafos) . . . . .	4.075

Expediente recebido:

Memorandos . . . . .	112
Ofícios e Processos (Registrados) . . . . .	2.970
Cartas registradas . . . . .	152
Rádios, Telegramas e Cartas simples . . . . .	7.607

XIV) SERVICO DE TRANSPORTES:

a) Veículos adquiridos ou alienados:

1) "Jeep" marca Willys . . . . .	1
2) "Kombi" marca Volkswagen . . . . .	2
3) "2600" marca Aero-Willys . . . . .	7

b) Quilometragem rodada:

1) Viaturas de serviço (km) . . . . .	21.372
2) Carros de representação (km) . . . . .	<u>41.623</u>
T o t a l (km) . . . . .	62.995

c) Gasolina consumida:

1) Exército (comum) . . . . .	12.600
2) Marinha (comum) . . . . .	2.649
3) Aeronáutica (azul) . . . . .	4.635

Totais:

azul - 4.635

comum 15.249

Total Geral: 19.884 litros

XV) CONTINGENTE:

a) Expediente enviado:

1) Autorizações . . . . .	2
2) Certidões . . . . .	2
3) Declarações . . . . .	16
4) Encaminhamentos . . . . .	2
5) Guias de licença . . . . .	2
6) Informações . . . . .	3

7) Memorandos . . . . .	2
8) Notas para Boletim . . . . .	13
9) Ofícios ostensivos: Diretor-Geral . . .	154
10) Ofícios reservados: Diretor-Geral . . .	33
11) Partes . . . . .	3
12) Telegramas: Diretor-Geral . . . . .	5
b) Expediente recebido:	
1) Boletins do Pessoal do M.Aeronáutica nºs. 162 a 243	
2) Boletins de Pessoal do M. da Guerra . .	244
3) Boletins de Pessoal do Min. da Marinha .	50
4) Boletins noticiosos do M.Aeronáutica . .	70
5) Boletins noticiosos do Min. da Marinha .	289
6) Boletins da Justiça Militar . . . . .	33
7) Circulares ostensivas . . . . .	3
8) Memorandos . . . . .	14
9) Ofícios ostensivos . . . . .	68
10) Ofícios reservados . . . . .	9
11) Telegramas . . . . .	10
12) Boletins do I Exército . . . . .	244

MAPA DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DAS AUDITORIAS

Observações:

- A 2<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., Auditoria da 7<sup>a</sup> R.M. e Auditoria da 10<sup>a</sup> R.M. deixaram de enviar a este Tribunal, os relatórios de suas atividades, durante o ano de 1966.
- Os espaços em branco nas diversas colunas dos mapas são devidos à falta de elementos nos relatórios das respectivas Auditorias, uma vez que a maioria delas não elaborou seus relatórios de acordo com as normas baixadas pelo Exmo.Sr. Ministro-Presidente, no Ato nº 1.443, de 21/12/66.

B) MAPA DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DAS AUDITORIAS

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. MAR.	2 <sup>a</sup> AUD. MAR.	1 <sup>a</sup> AUD. AER.	2 <sup>a</sup> AUD. AER.	1 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	1 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM
A) MOVIMENTO DO CONSELHO									
1) Forma ordinária:									
Absolvições .....	72	-	-	26	-	-	14	11	-
Anistias .....	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Anulações .....	2	-	-	-	-	-	2	-	-
Arquivamentos .....	-	-	-	4	-	-	3	-	-
Condenações .....	301	-	-	7	-	-	24	10	-
2) Deserção:									
Absolvições .....	15	-	-	1	2	-	8	-	-
Condenações .....	43	-	-	3	37	-	37	24	-
3) Insubmissão									
Absolvições .....	-	-	-	-	11	-	11	15	-
Condenações .....	-	-	-	-	5	-	4	7	-
4) Horas de reunião do Con. Permanente.	591	-	-	170,50	214	-	229,55	257	-
5) Horas de reunião dos Con. Especiais.	13,50	-	-	33,30	41	-	38,40	97	-
6) Sessões do Conselho Permanente .....	102	85	-	78	100	-	87	124	263
7) Sessões dos Con. Especiais .....	16	52	-	12	26	-	15	43	26
8) Duração média das sessões do Con. Permanente .....	5548	-	-	2,18	2	-	2,38	2,5	-

CONTINUACÃO

ESPECIFICAÇÕES	1 <sup>a</sup> AUD. MAR.	2 <sup>a</sup> AUD. MAR.	1 <sup>a</sup> AUD. AER.	2 <sup>a</sup> AUD. AER.	1 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	1 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM
9) Duração média das sessões dos Cons. Especiais .....	50m	-	-	3,17	1,30	-	2,35	2,15	-
10) Processos julgados:									
Forma ordinária ...	61	59	-	19	-	-	38	22	-
Forma especial ....	58	-	-	1	-	-	-	-	-
11) Interrogatórios realizados .....	157	-	-	21	-	-	84	169	-
12) Testemunhas ouvidas	351	-	-	132	-	-	341	210	-
B) EXPEDIENTE JUDICIÁRIO:									
1) Alvarás de soltura expedidos .....	118	-	-	53	-	-	105	80	-
2) Anulações de flagrantes .....	5	-	-	24	-	-	-	14	-
3) Cartas de guia de sentença expedidas.	23	-	-	2	-	-	1	11	-
4) Denúncias recebidas	72	-	-	22	-	-	40	82	-
5) Decretações de prisões preventivas ..	13	-	-	17	-	-	9	4	-
6) Incompetências da J.M. .....	42	20	-	21	-	-	15	233	-
7) Inquéritos e autos de prisão em flagrante:...									
Anos anteriores ...	-	-	-	18	17	-	64	54	-

CONTINUAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. MAR.	2 <sup>a</sup> AUD. MAR.	1 <sup>a</sup> AUD. AER.	2 <sup>a</sup> AUD. AER.	1 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	1 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM
Ano corrente .....	138	-	-	97	52	-	113	385	-
Arquivados e remetidos à Aud. Correição .....	21	-	-	34	36	-	23	-	-
Encaminhados a outras entidades por incompetência .....	41	-	-	20	14	-	18	-	-
8) Justificações .....	26	26	13	12	66	-	60	21	14
9) Mandados de prisão expedidos .....	415	-	-	27	-	-	53	14	-
10) Precatórias expedidas .....	52	-	3	7	8	-	5	79	-
11) Precatórias recebidas .....	5	-	-	3	19	-	20	10	-
12) Prisões preventivas decretadas .....	27	-	-	17	-	-	-	4	-
13) Processos:									
Vindos do ano anterior .....	104	-	-	22	-	-	16	31	-
Deixados para o ano seguinte .....	115	-	-	54	-	-	19	75	-
Encaminhados a outras autoridades por incompetência .....	41	-	-	20	-	-	6	11	-
14) Qualificações .....	156	-	-	64	-	-	70	428	-
15) Relaxamentos de prisão .....	21	-	-	29	-	-	11	39	-

CONTINUACÃO

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. MAR.	2 <sup>a</sup> AUD. MAR.	1 <sup>a</sup> AUD. AER.	2 <sup>a</sup> AUD. AER.	1 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 1 <sup>a</sup> RM	1 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 2 <sup>a</sup> RM
<b>C) MATERIA ENCAMINHADA AC</b>									
<u>S.T.M.:</u>									
1) Apelações .....	68	-	-	9	-	-	59	26	-
2) Conflitos de jurisdicção .....	-	-	-	1	-	-	-	-	-
3) Correções .....	1	-	-	1	-	-	-	-	-
4) Desaforamentos .....	2	-	-	-	-	-	-	-	-
5) Informações p/ inst. de proc. .....	31	-	-	37	-	-	1	24	-
6) Inquéritos .....	1	-	-	-	-	-	-	1	-
7) Recursos .....	5	-	-	5	-	-	24	2	-
8) Representações .....	-	-	-	1	-	-	-	2	-
<b>D) EXPEDIENTE:</b>									
1) Certidões .....	62	-	-	29	-	-	45	297	-
2) Cópias autenticas ..	-	-	-	-	-	-	-	328	-
3) Ofícios expedidos ..	2.609	-	930	887	1.485	-	1.164	1.618	-
4) Ofícios recebidos ..	-	-	-	508	-	-	1.277	1.117	-
5) Teleg. expedidos ...	327	3.120	-	384	527	-	307	301	-
6) Teleg. recebidos ...	-	-	-	8	-	-	52	234	-
7) Rádios expedidos ...	134	147	-	75	-	-	10	-	-
8) Rádios recebidos ...	-	-	-	94	-	-	5	-	-

B) MAPA DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DAS AUDITORIAS

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	AUD. 4 <sup>a</sup> RM	AUD. 5 <sup>a</sup> RM	AUD. 6 <sup>a</sup> RM	AUD. 7 <sup>a</sup> RM	AUD. 8 <sup>a</sup> RM	AUD. 9 <sup>a</sup> RM	AUD. 10 <sup>a</sup> RM
A) MOVIMENTO DO CONSELHO										
1) Forma ordinária:										
Absolvições .....	8	-	-	9	-	7	-	27	-	-
Anistias .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos ....	-	-	-	51	37	12	-	-	-	-
Condenações .....	4	-	-	41	-	4	-	8	-	-
2) Deserção:										
Absolvições .....	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Condenações.....	13	14	-	9	10	-	-	5	-	-
3) Insubmissão:										
Absolvições .....	16	8	-	10	22	-	-	8	-	-
Condenações .....	5	5	-	10	7	-	-	4	-	-
4) Horas de reunião do Con. Permanente ..	-	-	-	182,20	-	-	-	219	-	-
5) Horas de reunião dos Con. Especiais	-	-	-	13,20	112,00	-	-	11,25	-	-
6) Sessões do Conse- lho Permanente ...	-	-	-	91	99	-	-	107	-	-
7) Sessões dos Conse- lhos Especiais ...	-	-	-	7	77	-	-	8	-	-
8) Duração média das sessões do Conse- lho Permanente ...	-	-	-	2	2,40	-	-	2,5	-	-

## CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	AUD. 4 <sup>a</sup> RM	AUD. 5 <sup>a</sup> RM	AUD. 6 <sup>a</sup> RM	AUD. 7 <sup>a</sup> RM	AUD. 8 <sup>a</sup> RM	AUD. 9 <sup>a</sup> RM	AUD. 10 <sup>a</sup> RM
Anos anteriores ...	-	-	-	198	-	-	-	39	-	-
Ano corrente .....	-	-	-	-	-	-	-	102	-	-
Arquivados e remetidos à Aud. Correição .....	-	13	-	46	55	-	-	19	-	-
Encaminhados a outras entidades por incompetência .....	-	1	-	23	-	-	-	17	-	-
8) Justificações .....	-	-	-	8	10	-	-	6	-	-
9) Mandados de prisão expedidos .....	-	-	-	77	28	-	-	20	-	-
10) Precatórias expedidas .....	-	21	-	311	189	11	-	19	-	-
11) Precatórias recebidas .....	-	4	-	4	3	3	-	4	-	-
12) Prisões preventivas decretadas .....	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
13) Processos:										
Vindos do ano anterior .....	-	-	-	44	-	-	-	5	-	-
Deixados para o ano seguinte .....	-	-	-	105	-	-	-	40	-	-
Encaminhados a outras autoridades por incompetência .....	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-
14) Qualificações .....	-	-	-	587	194	-	-	101	-	-

CONTINUAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	1 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	2 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	3 <sup>a</sup> AUD. 3 <sup>a</sup> RM	AUD. 4 <sup>a</sup> RM	AUD. 5 <sup>a</sup> RM	AUD. 6 <sup>a</sup> RM	AUD. 7 <sup>a</sup> RM	AUD. 8 <sup>a</sup> RM	AUD. 9 <sup>a</sup> RM	AUD. 10 <sup>a</sup> RM
15) Relaxamentos de prisão .....	-	-	-	-	18	-	-	10	-	-
C) MATERIA ENCAMINHADA AO S.T.M.:										
1) Apelações .....	-	-	-	36	-	-	-	28	-	-
2) Conflitos de jurisdição .....	-	-	-	29	-	-	-	3	-	-
3) Correções .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4) Desaforamentos ...	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
5) Informações para inst. de processos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6) Inquéritos .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7) Recursos .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D) EXPEDIENTE:										
1) Certidões .....	-	-	-	-	-	-	-	285	-	-
2) Ofícios expedidos	888	-	-	1.750	2.062	724	-	986	-	-
3) Ofícios recebidos	-	474	-	1.205	526	-	-	725	-	-
4) Teleg. expedidos ..	79	-	-	857	80	45	-	201	-	-
5) Teleg. recebidos ..	-	-	-	125	23	13	-	170	-	-
6) Rádios expedidos ..	133	-	-	190	232	85	-	-	-	-
7) Rádios recebidos ..	-	-	-	390	225	67	-	-	-	-

4<sup>a</sup> PARTE

PESSOAL

1) APRECIACÃO:

O ano judiciário ora findo apresentou inúmeras medidas relacionadas com o pessoal da Justiça Militar. Dentre essas se destacam os diversos concursos mandados realizar - (alguns já homologados pelo Tribunal), a instituição das gratificações de Gabinetè e de representação, o aumento de vencimentos dos funcionários e, principalmente, os estudos relacionados com a reestruturação dos quadros da Secretaria e dos Cartórios das Auditorias.

Com os novos encargos judicantes atribuídos à Justiça Militar, a par da necessidade de dar aos quadros do funcionalismo estrutura mais moderna, tornou-se premente a realização daqueles estudos, que submetidos à apreciação do Tribunal, resultaram em mensagem já encaminhada ao Poder competente.

Ainda há muito por fazer. Entretanto, creio ser mais urgente a criação de um serviço de assistência social para atender a todos que trabalham na Justiça Castrense, principalmente aquêles mais humildes.

O Serviço Médico do Tribunal, devidamente estruturado, poderia ser o marco inicial dessa medida, útil sob todos os aspectos.

2) SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

A) MINISTROS:

I) Eleições

Não houve.

II) Nomeações

O Exmo. Sr. Dr. Alcides Vieira Carneiro foi nomeado Ministro dêste S.T.M., por Decreto de 2 de fevereiro.

III) Posses

O Exmo. Sr. Ministro Almirante-de-Esquadra Diogo Borges Fortes tomou posse no cargo de Presidente dêste S.T.M., no dia 3 de janeiro.

O Exmo. Sr. Dr. Alcides Vieira Carneiro tomou posse no cargo de Ministro dêste S.T.M., no dia 7 de março.

#### IV) Convocações e desconvocações

O Exmo. Sr. General-de-Exército Rodrigo Octávio Jor dão Ramos foi convocado Ministro dêste S.T.M., no dia 12 de maio.

O Exmo. Sr. General-de-Exército Rodrigo Octávio Jor dão Ramos foi desconvidado, no dia 6 de julho.

#### V) Licenças

Ao Exmo. Sr. General-de-Exército Floriano de Lima Brayner foram concedidos 30 dias de licença para tratamento de saúde, em 9 de março, e mais 30 dias, em prorrogação, em 18 de abril.

Ao Exmo. Sr. General-de-Exército Floriano de Lima Brayner foram concedidos 2 meses de licença especial, em 9 de maio.

Ao Exmo. Sr. Ministro General-de-Exército Olympio Mourão Filho foram concedidos 20 dias de licença por necessidade particular, no período de 10 a 30 de julho, em 8 de julho.

Ao Exmo. Sr. Ministro Dr. Octávio Murgel de Rezende foram concedidos 15 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de agosto, tendo o Exmo. Sr. Ministro Dr. Octávio Murgel de Rezende desistido do restante de sua licença, em 10 de agosto.

#### VI) Comissões de que participaram

Os Exmos. Srs. Ministros Almirante-de-Esquadra Diogo Borges Fortes, General-de-Exército Floriano de Lima Brayner, Tenente-Brigadeiro Armando Perdigão e Doutor Alcides Vieira Carnéiro constituiram uma comissão que foi a Brasília, no período de 5 a 8 de setembro, a serviço dêste Tribunal.

#### VII) Aposentadorias

Exmo. Sr. Ministro General-de-Exército Floriano de

Lima Brayner - O Exmo. Sr. Ministro-Presidente determinou / que se instaurasse o processo de aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro Lima Brayner, tendo em vista que o mesmo completa ria 70 anos de idade em 2 de janeiro de 1967.

### VIII) Outros assuntos

#### a) Diárias:

Ao Exmo. Sr. Ministro-Presidente Almirante-de-Es quadra Diogo Borges Fortes foram concedidas 4 diárias, em consequência de sua viagem a Brasília, no período de 5 a 8 de setembro, a serviço dêste Tribunal.

Aos Exmos. Srs. Ministros General-de-Exército Flo riano de Lima Brayner, Tenente-Brigadeiro Armando Perdi gão e Dr. Alcides Vieira Carneiro foram concédidas 4 diá rias, em consequência de suas viagens a Brasília, no pe ríodo de 5 a 8 de setembro, a serviço dêste Tribunal.

#### b) Prorrogação de prazo:

Ao Exmo. Sr. Dr. Alcides Vieira Carneiro foram con cedidos 30 dias de prorrogação de prazo, a fim de tomar posse no cargo de Ministro Togado dêste Tribunal.

#### B) SECRETARIA:

##### I) Nomeações

Lenize Menezes Duarte - nomeada Auxiliar-Judiciária Símbolo lo PJ-9, em 5 de janeiro de 1966.

Joel Santana Santos - nomeado Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 17 de janeiro de 1966.

Darcy Guerço - nomeada Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 17 de janeiro de 1966.

Maria Therezinha Rodrigues Fernandes - nomeada Auxiliar-Ju diciária PJ-9, em 26 de janeiro de 1966.

Maria Therezinha Almeida de Pontes - nomeada Auxiliar-Judi ciária Símbolo PJ-9, em 31 de janeiro de 1966.

Cláudio Rosière - nomeado Diretor-de-Serviço Símbolo PJ-1, em 29 de março de 1966.

Maria Diogenilda de Almeida Vilela - nomeada Auxiliar-Judi ciária Símbolo PJ-9, em 1 de abril de 1966.

Carlos Angelim do Couto - nomeado Diretor-de-Serviço Símbolo PJ-1, em 28 de abril de 1966.

Norival da Costa Guimarães - nomeado Diretor-Geral Símbolo PJ, em 2 de maio de 1966.

Cláudio Rosière - nomeado Vice-Diretor Símbolo PJ-0, em 2 de maio de 1966.

Carlos Angelim do Couto - nomeado Secretário-Geral da Presidência Símbolo PJ, em 2 de maio de 1966.

Ary Mendes - nomeado Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 16 de maio de 1966.

Celso Ferreira da Silva - nomeado Tesoureiro Símbolo PJ-4, em 27 de maio de 1966.

Ignácio José da Silva Neto, nomeado Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 1 de junho de 1966.

Lia Mara Robin Romano - nomeada Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, em 13 de junho de 1966.

Mozart Lucena - nomeado Motorista Símbolo PJ-9, em 5 de julho de 1966.

Antônio Mêda - nomeado Motorista Símbolo PJ-9, em 5 de julho de 1966.

Pedro Jacinto de Alcântara - nomeado Motorista PJ-9, em 5 de julho de 1966.

Manoel Paulo da Silva - nomeado Motorista Símbolo PJ-9, em 5 de julho de 1966.

Severino Felix da Silva - nomeado Motorista Símbolo PJ-9, em 5 de julho de 1966.

Reginaldo dos Santos Torres - nomeado Motorista Símbolo PJ-9, em 5 de julho de 1966.

José Farias - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Eurico Pereira - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

José Medeiros Filho - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

João Câncio de Paiva - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Orestes Ribeiro Xavier - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Rui Delfino Próspero da Silva - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Wilton Gonçalves da Silva - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Cantilio Torrezani - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Abel Alves Pinto - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Alcino Alves Sobrinho - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 5 de julho de 1966.

Eunice Maria Liberal Fernandes - nomeada Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, em 12 de julho de 1966.

Laurindo de Moraes Nunes - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 19 de julho de 1966.

Maria Augusta de Assis Silva - nomeada Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 20 de julho de 1966.

Rui Delfino Próspero da Silva - nomeado Motorista Símbolo PJ-10, em 11 de novembro de 1966.

Joacil Cavalcante de Oliveira - nomeado Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 2 de dezembro de 1966.

### II) Nomeações tornadas sem efeito

Joel Santana Santos - nomeação para Auxiliar-Judiciário // Símbolo PJ-9, tornada sem efeito em 1 de abril/1966.

Maria Therezinha Rodrigues Fernandes - nomeação para Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, tornada sem efeito em 12 de abril de 1966.

Ary Mendes - nomeação para Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, tornada sem efeito em 27 de maio.

Rui Delfino Próspero da Silva - nomeação para Motorista // Símbolo PJ-10, tornada sem efeito em 19 de julho.

Pedro Jacinto de Alcântara - nomeação para Motorista Símbolo PJ-9, tornada sem efeito em 30 de agosto de 1966.

### III) Designações

Ilka Duque Estrada Bastos - designada para substituir o Diretor-Geral, em 1 de março de 1966.

Gerson Baptista Telles - designado para servir de Escrivão no processo da Ação Originária nº 31, em de março de 1966.

Durval Luciano da Silva - designado para servir de Oficial-de-Justiça no processo da Ação Originária nº 31, em 9 de março de 1966.

Antônio José Gonçalves Agra - designado para substituir a Vice-Diretora-Geral, em 15 de março.

Norival da Costa Guimarães, Secretário-Geral da Presidência; Carlos Maria de Paiva Ronco, Secretário da Procuradoria-Geral da Justiça Militar; Luiz Ferreira Barreto, Assistente do Diretor-Geral da Secretaria - designados para constituírem a Comissão Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Tesoureiro, em 23 de março de 1966.

Regina Martins Coelho, Lia Mara Robin Romano e Francisco Pereira Neto - designados membros da comissão encarregada de receber todo o material adquirido pelo Tribunal, em 24 de março de 1966.

Mercedes dos Santos Braga - designada para servir como Escrivã no processo da Ação Originária nº 32, em 29 de março de 1966.

Carlos Israel Silva - designado para servir como Oficial-de-Justiça no processo da Ação Originária nº 32, em 29 de março de 1966.

Norival da Costa Guimarães - designado para substituir o Diretor-Geral, em 30 de março de 1966.

Cid Augusto Ribeiro de Moura, Antônio Aranha Nogueira Coelho - designados para constituírem a Comissão Examinadora do Concurso para provimento de cargos de Motoristas, em 5 de abril de 1966.

Norival da Costa Guimarães - designado para responder pela Diretoria-Geral da Secretaria, em 12 de abril.

Cid Augusto Ribeiro de Moura - designado para servir de Escrivão no processo da Ação Originária nº 33, em 14 de abril de 1966.

Francisco Micas Vale - designado para servir como Oficial-de-Justiça no processo da Ação Originária nº 33, em 14 de abril de 1966.

Edmilson Souto - designado para servir como Escrivão da Ação Originária nº 34, em 29 de abril de 1966.

Armando Henrique da Silva - designado para servir de Oficial-de-Justiça no processo da Ação Originária nº 34, em 29 de abril de 1966.

Norival da Costa Guimarães, Diretor-Geral; Carlos Maria de Paiva Ronco, Secretário da Procuradoria-Geral da Justiça Militar; Luiz Ferreira Barreto, Assistente do Diretor - General - designados para constituírem a Comissão Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Contador, em 25 de maio de 1966.

Maria de Lourdes Nobre Caldas, Eduardo Joaquim Mamede Filho e Waldyr Machado Chedid - designados membros da Comissão encarregada de receber todo o material adquirido pelo Tribunal, em 20 de junho de 1966.

Carlos Angelim do Couto, Luiz Ferreira Barreto e Eunice Ventura Pinheiro - designados para constituírem a Comissão Examinadora do Concurso para provimento do cargo de Oficial-Judiciário e Carmen Carvalho Chiaradia e Antônio Nogueira Coelho - designados para servirem como assessores junto à Comissão Examinadora do referido concurso, em 14 de julho de 1966.

Cid Augusto Ribeiro de Moura, Edson dos Santos e Lenise Me nezes Duarte - designados membros da Comissão encarregada de receber todo o material adquirido pelo Tribunal, em 14 de setembro de 1966.

#### IV) Exonerações

Cybele Maria de Moura Magalhães - foi exonerada, a pedido, do cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-8, em 19 de agosto de 1966.

Celso Ferreira da Silva - foi exonerado, a pedido, do cargo de Tesoureiro, em 11 de novembro de 1966.

#### V) Promocações

##### a) Por antiguidade:

Guioná Freitas - Promovida ao cargo de Oficiala - Judiciária Símbolo PJ-3, em 15 de abril de 1966.

Leony Brandão Couto - Promovida ao cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, em 23 de maio de 1966.

Dimar João Peixoto - Promovido ao cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, em 13 de junho de 1966.

Carmilde Araripe - Promovida ao cargo de Oficiala - Judiciária Símbolo PJ-3, em 24 de junho de 1966.

Regina Martins Coelho - Promovida ao cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, em 24 de junho de 1966.  
Osiris de Azevedo Lopès Filho - Promovido ao cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, em 2 de setembro de 1966.

José Farias - Promovido ao cargo de Motorista Símbolo PJ-9, em 30 de setembro de 1966.

b) Por merecimento:

Luiz Ferreira Barreto - Promovido ao cargo de Oficial-Judiciário Símbolo PJ-4, em 15 de abril de 1966.  
Lucínia Lourdes Váradý - Promovida ao cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-3, em 23 de maio de 1966.  
Osmar Alves de Oliveira - Promovido ao cargo de Oficial-Judiciário Símbolo PJ-3, em 23 de maio de 1966.  
Eunice Ventura Pinheiro - Promovida ao cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, em 23 de maio de 1966.  
Silvio da Costa Pelkoto - Promovido ao cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-7, em 13 de junho de 1966.  
Antônio Neves Filho - Promovido ao cargo de Motorista Símbolo PJ-8, em 30 de junho de 1966.  
Olavo Dantas de Medeiros - Promovido ao cargo de Motorista Símbolo PJ-8, em 30 de junho de 1966.  
Quirino Freitas Braga - Promovido ao cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-7, em 12 de julho de 1966.  
Thetis da Silva - Promovido ao cargo de Auxiliar - Judiciário Símbolo PJ-8, em 12 de julho de 1966.

VI) Licenças

a) Para tratamento de saúde:

Alexandrê José do Itaipáva Silva Chaves - Oficial - Judiciário Símbolo PJ-3, 90 dias, em prorrogação, em 5-1-66.

José Barbosa de Moraes - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 6 dias, em 14-2-66.

Elson de Souza Almeida - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 2 dias, em 18-2-66.

Elza Vaz Pinheiro Guimarães - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, 17 dias, em 14-3-1966.

- Alza D'Abadia Sallaberry Cayres - Auxiliar-Judiciária /  
Símbolo PJ-7, 27 dias, em 17-3-1966.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8,  
12 dias, em 13-4-66.
- Varany Dantas - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 17  
dias, em 18-4-66.
- Geraldino Cézar - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 15  
dias, em 20-4-66.
- Cybele Cruzeiro Wagner - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-  
3, 5 dias, em 22-4-66.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8,  
15 dias, em prorrogação, em 25-4-66.
- Geraldino Cézar - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 4  
dias, em 12-5-66.
- Alexandre José do Itaipava da Silva Chaves - Oficiala-  
Judiciária Símbolo PJ-3, 90 dias, em prorrogação,  
em 23-5-66.
- Alza D'Abadia Sallaberry Cayres - Auxiliar-Judiciária /  
Símbolo PJ-7, 57 dias, em prorrogação, em 30-5-66.
- Benedito Flôres Bacelar Ribeiro - Oficial-Judiciário Sím-  
bolo PJ-4, 30 dias, em 7-6-66.
- Geysa de Souza Leite Madureira - Auxiliar-Judiciária Sim-  
bolo PJ-7, 1 dia, em 14-6-66.
- Maria Therezinha Almeida de Pontes - Auxiliar - Judiciá-  
ria Símbolo PJ-9, 1 dia, em 14-6-66.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8,  
21 dias, em prorrogação, em 16-6-66.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8,  
30 dias, em prorrogação, em 16-6-66.
- Cybelle Cruzeiro Wagner - Oficiala-Judiciária Símbolo  
PJ-3, 1 dia, em prorrogação, em 24-6-66.
- Alza D'Abadia Sallaberry Cayres - Auxiliar-Judiciária /  
Símbolo PJ-7, 90 dias, em prorrogação, em 24-6-66.
- Alexandre José dò Itaipava da Silva Chaves - Oficial-Ju-  
diciário Símbolo PJ-3, 60 dias, em prorrogação, em  
24-6-66.
- Arnaldo Henrique da Silva - Auxiliar-de-Portaria Símbo-  
lo PJ-8, 19 dias, em 24-6-66.
- José Custódio de Oliveira - Auxiliar-de-Portaria Símbo-  
lo PJ-8, 4 dias, em 24-6-66.

- Marlene Dias - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-8, 41 dias, em 30-6-66.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, 30 dias, em prorrogação, em 30-6-66.
- Adelino Espíndola - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9, 30 dias, em 7-7-66.
- José Custódio de Oliveira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 30 dias, em prorrogação, em 7-7-66.
- Cybele Maria de Moura Magalhães - Auxiliar-Judiciária, Símbolo PJ-8, 30 dias, em 15-7-66.
- Sebastião Luiz - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, 90 dias, em 15-7-66.
- Waldir Machado Chedid - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-7, 2 dias, em 19-7-66.
- Augusto Conceição de Souza - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9, 27 dias, em 21-7-66.
- Fernando José Fernandes - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, 2 dias, em 25-7-66.
- José Custódio de Oliveira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 30 dias, em prorrogação, em 25-7-66.
- Célia Maria Santos Dias - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, 1 dia, em 27-7-66.
- Marlene Dias - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-8, 60 dias, em prorrogação, em 28-7-66.
- Geraldino Cézar - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 25 dias, em 2-8-66.
- Walter Maia - Chefe do Serviço-de-Transporte, 3 dias, em 2-8-66.
- Zélia Luiza Soares - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-7, 60 dias, em 12-8-66.
- Geysa de Souza Leite Madureira - Auxiliar-Judiciária / Símbolo PJ-7, 2 dias, em 12-8-66.
- Tércio Lôbo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, 30 dias, em prorrogação, em 17-8-66.
- Olavo Dantas de Medeiros - Motorista Símbolo PJ-8, 27 dias, em 22-8-66.
- Ignácio José da Silva Neto - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, 2 dias, em 26-8-66.
- José Custódio de Oliveira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 20 dias, em prorrogação, em 1-9-66.

Célia Maria Santos Dias - Oficiala-Judiciária Símbolo  
PJ-4, 2 dias, em 19-9-66.

Adelino Espíndola - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9,  
18 dias, em 26-9-66.

Célia Maria Santos Dias - Oficiala-Judiciária Símbolo  
PJ-4, 20 dias, em 28-9-66.

Alexandre José do Itaipava Silva Chaves - Oficial - Judi-  
ciário Símbolo PJ-3, 90 dias, em prorrogação, em  
6-10-66.

Zélia Luiza Soares - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-7,  
60 dias, em prorrogação, em 14-10-66.

Marlene Dias - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-8, 60 dias,  
em prorrogação, em 18-10-66.

Varany Dantas - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 60  
dias, em 24-10-66.

Cláudio Rosière - Vice-Diretor-Geral Símbolo PJ-0, 2  
dias, em 4-11-66.

Francisco Lourenço - Eletricista Símbolo PJ-7, 45 dias,  
em 17-11-66.

Marlene Dias - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-8, 90 dias,  
em prorrogação, em 28-11-66.

Alexandre José do Itaipava Silva Chaves - Oficial - Judi-  
ciário Símbolo PJ-3, 90 dias, em prorrogação, em  
28-11-66.

Varacy Dantas - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 30  
dias, em prorrogação, em 29-11-66.

Octacílio Vieira Dantas - Auxiliar-de-Portaria Símbolo  
PJ-8, 27 dias, em 1-12-66.

Sebastião Luiz - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, 21  
dias, em prorrogação, em 1-12-66.

b) Doença em pessoal da família:

Cybelle Cruzeiro Wagner - Oficiala-Judiciária Símbolo  
PJ-3, 30 dias, em 31-1-66.

Augusto Pinto Ribeiro - Auxiliar-de-Portaria Símbolo  
PJ-9, 20 dias, em 15-3-66.

Marieta de Albuquerque - Diretora-de-Serviço Símbolo  
PJ-1, 30 dias, em 28-3-66.

Tércio Lobo Ribeiro - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8,  
30 dias, em 28-3-66.

Geraldo Rodrigues de Oliveira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9, 30 dias, em 5-4-66.  
Marieta de Albuquerque - Diretora-de-Serviço Símbolo PJ-1, 15 dias, em 22-4-66.  
Maria Augusta de Assis Silva - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, 30 dias, em 28-9-66  
Romário Sermoud - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 10 dias, em 28-9-66.  
Maria Augusta de Assis Silva - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, 120 dias, em prorrogação, em 22-11-66.

c) Especial:

Olavo Dantas de Medeiros - Motorista Símbolo PJ-9, 6 meses, em 14-2-66.  
Edson dos Santos - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-8, 6 meses, em 18-2-66.  
Fernando Santos - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 6 meses, em 25-2-66.  
Carmen Carvalho Chiaradia - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, 6 meses, em 31-3-66.  
Olyntho Gonçalves Siqueira - Oficial-Judiciário Símbolo PJ-3, 2 meses, em 31-3-66.  
João Ferreira de Araújo - Enfermeiro Símbolo PJ-6, 3 meses, em 11-4-66.  
Ismael Micas Montes - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 2 meses, em 3-5-66.  
Irene Campos de Oliveira - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, 2 meses, em 12-5-66.  
João Cândido Pereira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9, 6 meses, em 3-6-66.  
Leony Brandão Couto - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-4, 2 meses, em 13-6-66.  
Marieta de Albuquerque - Diretora-de-Serviço Símbolo PJ-1, 1 mês, em 14-6-66.  
Waldyr Machado Chedid - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-7, 6 meses, em 30-6-66.  
Roberto Laudelino - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 2 meses, em 1-7-66.  
Yolanda Alves Therezo - Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, 2 meses, em 1-7-66.

Marieta de Albuquerque - Diretora-de-Serviço Símbolo PJ-1, 1 mês, em 7-7-66.

Mozart de Azevedo Ferreira do Amaral - Médico Símbolo // PJ-3, 6 meses, em 19-7-66.

Gerson Batista Telles - Oficial-Judiciário Símbolo PJ-4, 1 mês, em 30-8-66.

José Barbosa de Moraes - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, 6 meses, em 14-9-66.

Francisco Micas Vale - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 2 meses, em 14-9-66.

Walter Maia - Chefe do Serviço-de-Transporte Símbolo PJ-6, 6 meses, em 19-9-66.

Francisco Micas Vale - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-8, 2 meses, em 14-11-66.

d) Trato de interesse particular:

Olavo Dantas de Medeiros - Motorista Símbolo PJ-8, 1 ano, em 23-9-66.

e) Casamento:

Roberto de Barros - Porteiro Símbolo PJ-6, 8 dias, em 12-8-66.

f) Gestante:

Maria Therezinha Almeida de Pontes - Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, 4 meses, em 26-8-66.

VII) Aposentadorias

Paulo Augusto Stamile - Diretor-de-Serviço Símbolo PJ-1, aposentado pelo Ato nº 1093, de 4-1-66.

Antônio Ayres - Motorista Símbolo PJ-9, aposentado pelo Ato nº 1164, de 14-3-66.

Percides Pereira da Motta - Auxiliar-de-Portaria Símbolo // PJ-8, aposentado pelo Ato nº 1171, de 18-3-66.

Ilka Duque Estrada Bastos - Diretora-de-Serviço Símbolo PJ-1, aposentada pelo Ato nº 1174, de 25-3-66.

Fernando Santos - Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, aposentado pelo Ato nº 1436, de 16-12-66.

João Cândido Pereira - Auxiliar-de-Portaria Símbolo PJ-9, aposentado pelo Ato nº 1437, de 16-12-66.

Quirino Freitas Braga - Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-7, aposentado pelo Ato nº 1440, de 19-12-66.

### VIII) Posses

Maria Therezinha Almeida dè Pontes - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 14-2-66.

Lenise Menezes Duarte - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 14-3-66.

Darcy Guerço - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 21-3-66.

Cláudio Rosière - Tomou posse no cargo de Diretor-de-Serviço Símbolo PJ-1, em 5-4-66.

Norival da Costa Guimarães - Tomou posse no cargo de Diretor-Geral Símbolo PJ, em 5-5-66.

Cláudio Rosière - Tomou posse no cargo de Vice-Diretor Símbolo PJ-0, em 5-5-66.

Carlos Angelim do Couto - Tomou posse no cargo de Secretário-Geral da Presidência Símbolo PJ, em 5-5-66.

Carlos Angelim do Couto - Tomou posse no cargo de Diretor-de-Serviço Símbolo PJ-1, em 5-5-66.

Maria Diogenilda de Almeida Vilela - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 1-6-66.

Celso Ferreira da Silva - Tomou posse no cargo de Tesoureiro Símbolo PJ-4, em 7-6-66.

Ignácio José da Silva Neto - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 8-6-66.

Lia Mara Robin Romano - Tomou posse no cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, em 20-6-66.

Eunice Maria Liberal Fernandes - Tomou posse no cargo de Oficiala-Judiciária Símbolo PJ-6, em 18-7-66.

José Farias, Eurico Pereira, José Medeiros Filho, João Câncio de Paiva, Orestes Ribeiro Xavier, Wilton Gonçalves da Silva, Cantilio Torezani, Abel Alves Pinto e Alcino Alves Sobrinho - Tomaram posse no cargo de Motorista Símbolo PJ-10, em 20-7-66.

Mozart Lucena, Antônio Mêda, Manoel Paulo da Silva e Reginaldo dos Santos Torres - Tomaram posse no cargo de Motorista Símbolo PJ-9, em 20-7-66.

Maria Augusta de Assis Silva - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 26-7-66.

Laurindo de Moraes Nunes - Tomou posse no cargo de Motorista Símbolo PJ-10, em 3-8-66.

Zélia Monteiro Barbosa - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciária Símbolo PJ-9, em 30-9-66.

Rui Delfino Próspero da Silva - Tomou posse no cargo de Motorista Símbolo PJ-10, em 29-11-66.

Joacil Cavalcanti de Oliveira - Tomou posse no cargo de Auxiliar-Judiciário Símbolo PJ-9, em 14-12-66.

3) AUDITORIAS:

A) AUDTORES:

I) Nomeações

Erasmo de Macedo Vieira de Mello - Nomeado Auditor de 1<sup>a</sup> entrância da J.M., por Decreto de 31-8-66.

Helmo de Azevedo Sussekind - Nomeado Auditor de 1<sup>a</sup> entrância da J.M., por Decreto de 15-10-66.

II) Remoções

Dorvalino Tonin - Removido para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 3<sup>a</sup> R.M., por Decreto de 24-10-66.

Hilton Fiúza - Removido para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., por Decreto de 24-10-66.

Antônio de Arruda Marques - Removido para a Auditoria da 4<sup>a</sup> R.M., por Decreto de 30-11-66.

III) Demissões

Lauro Balduíno Theobaldo Schuch - Demitido do cargo de Auditor de 1<sup>a</sup> entrância da J.M., por Decreto de 4-7-66.

IV) Suspensões

Amilcar Cardoso de Meneses Filho - Suspensão por 30 dias, pelo Ato nº 1178, de 30-3-66.

V) Licenças

a) Para tratamento de saúde:

Erasmo de Macedo Vieira de Mello - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 90 dias, em prorrogação, em 16-2-66.

Arnaldo Carnasciali - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 60 dias, em 4-66.

Erasmo de Macedo Vieira de Mello - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 90 dias, em prorrogação, em 9-5-66.

Arnaldo Carnasciali - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 30 dias, em prorrogação, em 30-6-66.

José Bezerra Filho - Auditor de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 30 dias, em 15-7-66.

Erasmo de Macedo Vieira de Mello - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 30 dias, em prorrogação, em 16-8-66.

Erasmo de Macedo Vieira de Mello - Auditor de 1<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 60 dias, em prorrogação, em 9-9-66.

b) Especial:

José Bezerra Filho - Auditor de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 6 meses, em 28-2-66.

Yaco de Bleasby Fernandes - Auditor de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 6 me<sup>s</sup>, em 25-4-66.

Flávio Luçan de Oliveira - Auditor de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, 6 me<sup>s</sup>, em 1-8-66.

VI) Comissões em que tomaram parte

Georgenor Acylino de Lima Torres - Designado para proceder a Inquérito Policial-Militar, na Auditoria da 4<sup>a</sup> R.M., em 17-5-66.

Yaco de Bleasby Fernandes - Designado para presidenciar a Comissão Examinadora do Concurso para provimento dos cargos de Auxiliar-de-Escrevente de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, em 18-5-66.

Georgenor Acylino de Lima Torres - Designado para presidir a Comissão Examinadora do concurso para provimento dos cargos de Auxiliar-de-Escrevente de 2<sup>a</sup> entrânci<sup>a</sup>, em 1-6-66.

B) AUDITORES SUBSTITUTOS:

I) Designações

Darcy Ricetti - Designado 1º Substituto de Auditor de 1ª entrância, por Decreto de 25-10-66.

II) Dispensas

Ulysses de Campos - Dispensado, a pedido, de servir como 1º Substituto de Auditor de 1ª entrância, por Decreto de 25-5-66.

Sady Fagundes Ramos - Dispensado, a pedido, de servir como 2º Substituto de Auditor de 1ª entrância, por Decreto de 24-10-66.

Ildélio Martins - Dispensado, a pedido, de servir como 2º Substituto de Auditor de 1ª entrância, por Decreto de 30-11-66.

III) Convocações

Rubem Cachapuz de Medeiros - Convocado 6 vezes.

Creso Kruel de Moraes - Convocado 1 vez.

Raphael Carneiro Maia - Convocado 5 vezes.

Hipólito Joaquim Teixeira - Convocado 4 vezes.

Hugo de Primio Paz - Convocado 7 vezes

Lúiz Alexandre de Oliveira - Convocado 2 vezes.

Mário Moreira de Souza - Convocado 2 vezes.

Jacób Goldemberg - Convocado 3 vezes.

José Marques da Rocha - Convocado 2 vezes.

Mário Gomes dos Santos - Convocado 2 vezes

Salvador Rangel de Borborema - Convocado 2 vezes.

Oswaldo de Lima Rodrigues - Convocado 1 vez.

Dalmo de Godoy - Convocado 2 vezes.

João Cavalcanti de Melo Azedo - Convocado 3 vezes.

Waldemar Lucas Rêgo de Carvalho - Convocado 2 vezes.

Sady Fagundes Ramos - Convocado 2 vezes.

Angélo Rattacaso Júnior - Convocado 3 vezes.

José Marques da Rocha - Convocado 3 vezes.

Fernando Przewodowski Nogueira - Convocado 4 vezes

Breno Brandão Fischer - Convocado 1 vez.

Alfredo Duque Guimarães - Convocado 1 vez.

Aureo de Souza e Almeida - Convocado 3 vezes.

Abel Azevedo Caminha - Convocado 2 vezes.

Alfredo Duque Guimarães - Convocado 1 vez.

Darcy Ricetti - Convocado 1 vez.

Ildálio Martins - Convocado 1 vez.

João Ani Tournillou - Convocado 1 vez.

#### IV) Desconvocações

Luiz Maria de Alvarenga Vianna - Desconvocado 1 vez.

### C) ADVOGADOS DE OFÍCIO:

#### I) Nomeações

Creso Kruel de Moraes - Nomeado Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 28-1-66.

Arnaldo Silva Ferreira Lima - Nomeado Advogado-de- Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 20-6-66.

#### II) Remoções

Sylvio de Oliveira Guimarães - Removido, a pedido, para a 3<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., pelo Ato de 28-1-66.

Creso Kruel de Moraes - Removido, a pedido, para a 3<sup>a</sup> Auditoria da 3<sup>a</sup> R.M., pelo Ato de 19-9-66.

José Victor Marques dos Santos - Removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., pelo Ato de 24-11-66.

#### III) Exonerações

Juary Silva - Exonerado, a pedido, do cargo de Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 11-11-66.

#### IV) Licenças

##### Para tratamento de saúde:

Augusto Sussekind de Moraes Rêgo - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em 5-1-66.

José Victor Marques dos Santos - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em 10-1-66.

José Victor Marques dos Santos - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em prorrogação, em 24-2-66.

Augusto Sussekind de Moraes Rêgo - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em 11-3-66.

Juary Silva - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 60 dias, em 16-3-66.

Juary Silva - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em prorrogação, em 11-4-66.

Arnaldo Silva Ferreira Lima - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em 20-5-66.

Fernando Guerra Balsells - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 6 dias, em 7-7-66.

João Baptista da Fonseca - Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 15 dias, em 22-8-66.

Lourival Nogueira Lima - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 20 dias, em 30-9-66.

Fernando Guerra Balsells - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 23 dias, em 18-10-66.

Fernando Guerra Balsells - Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 29 dias, em prorrogação, em 4-11-66.

D) ADVOGADOS DE OFÍCIO SUBSTITUTOS:

I) Designações

Marina Flora de Azevedo Ferreira - Designada 1º Substituto de Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 18-7-66.

II) Dispensas

Luis Barreto de Menezes - Foi dispensado, a pedido, do cargo de 2º Substituto de Advogado-de-Ofício, por Decreto de 14-7-66.

III) Licenças

Para tratamento de saúde:

Antenor Medrado - 1º Substituto de Advogado-de-Ofício de 2<sup>a</sup> entrância, 100 dias, em 28-1-66.

Antônio de Castro Teixeira - 1º Substituto de Advogado-de-Ofício de 1<sup>a</sup> entrância, 30 dias, em 4-7-66.

Antônio de Castro Teixeira - 1º Substituto de Advogado-de-Ofício de 1ª entrância, 30 dias, em prorrogação, em 1-8-66.

E) CARTÓRIOS:

I) Nomeações

Etelvino de Oliveira Carvalho - Nomeado, pôr acesso, Escrivão Símbolo PJ-3, pelo Ato nº 1094, de 4-1-66.

Matusalém Pereira Sobrinho - Nomeado Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, pelo Ato nº 1359, de 29-9-66.

Sebastião Garcia de Almeida - Nomeado Escrevente-Juramentado Símbolo PJ-7, pelo Ato nº 1420, de 24-11-66.

II) Posses

Nelson Caselli - Tomou posse no cargo de Escrevente - Juramentado Símbolo PJ-7, em 3-1-66.

José Alberto Godoi Medeiros - Tomou posse no cargo de 1º Substituto de Oficial-de-Justiça, em 1-6-66.

Marioluz Binhara de Mello - Tomou posse no cargo de 2º // Substituto de Oficial-de-Justiça, em 8-6-66.

Matusalém Pereira Sobrinho - Tomou posse no cargo de Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, em 13-10-66.

Antônio Francisco de Andrade - Tomou posse no cargo de Oficial-de-Justiça, em 10-11-66.

III) Designações

Etelvino de Oliveira Carvalho - Designado Escrivão Símbolo PJ-3, de 2ª entrância, para ter exercício na 2ª Auditoria da Marinha, pelo Ato nº 1098, de 6-1-66.

Carlos Alberto Vinhas da Silva - Designado 2º Substituto de Oficial-de-Justiça de 1ª entrância, da Auditoria da 8ª R.M., por Decreto de 20-4-66.

José Alberto Godoi Medeiros - Designado 1º Substituto de Oficial-de-Justiça de 1ª entrância, da 3ª Auditoria da 3ª R.M., por Decreto de 29-4-66.

Marioluz Binhara de Mello - Designado 2º Substituto de Oficial-de-Justiça de 1ª entrância, da Auditoria da 5ª R.M., por Decreto de 17-5-66.

Antônio Francisco de Andrade - Designado Substituto de Oficial-de-Justiça de 1<sup>a</sup> entrância, da Auditoria da 10<sup>a</sup> R.M., em 25-10-66.

Sebastião Garcia de Almeida - Designado Escrevente-Juramentado Símbolo PJ-7, para ter exercício na Auditoria da 10<sup>a</sup> R.M., pelo Ato nº 1423, de 24-11-66.

#### IV) Dispensas

José Alberto Godói Medeiros - Dispensado de servir como 2º Substituto de Oficial-de-Justiça de 1<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 29-4-66.

João Alexandre Figueiredo - Dispensado de servir como Substituto de Oficial-de-Justiça de 1<sup>a</sup> entrância, por Decreto de 25-5-66.

#### V) Exonerações

Cláudio Jackson Costa - Exonerado, a pedido, do cargo de Oficial-de-Justiça de 1<sup>a</sup> entrância, pelo Ato nº 1272, de 27-6-66.

João Câncio de Paiva - Exonerado, a pedido, do cargo de Auxiliar-de-Limpeza Símbolo PJ-10, pelo Ato 1313, de 21-7-66.

#### VI) Promocações

Etelvino de Oliveira Carvalho - Promovido ao cargo de Escrevão de 2<sup>a</sup> entrância, Símbolo PJ-3, em 3-1-66.

#### VII) Remoções

Djalma Goss - Escrevente-Juramentado de 1<sup>a</sup> entrância, removido, por permuta, para a Auditoria da 8<sup>a</sup> R.M., em 24-1-66.

Nelson Caselli - Escrevente-Juramentado de 1<sup>a</sup> entrância, removido, por permuta, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., em 24-1-66.

Wilson Fogaça Luiz - Escrivão da 2<sup>a</sup> entrância, removido, // por permuta, para a 3<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., em 16-2-66.

Floriano Pereira Franco - Escrivão de 2<sup>a</sup> entrância, removido, por permuta, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., em 16-2-66.

Juvêncio Avelino Rautha - Escrevente-Juramentado de 2<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a Auditoria de Correição, em 28-2-66.

Djalma Goss - Escrevente-Juramentado de 1<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., em 26-4-66.

Jarbas Leite da Cunha - Escrevente-Juramentado de 2<sup>a</sup> entrância, removido, ex-officio, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., em 6-5-66.

Hilma Teixeira Lima - Auxiliar-de-Escrevente de 1<sup>a</sup> entrância, removida, a pedido, para a 2<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., em 10/5/66.

Vitor Hugo Saraiva Nery Costa - Escrevente-Juramentado de 1<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a Auditoria da 8<sup>a</sup> R.M., em 20-6-66.

Arlindo Correia do Nascimento - Escrevente-Juramentado de 2<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da Marinha, em 23-6-66.

José Dias de Souza Neto - Escrivão de 1<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., em 14-9-66.

Angelo Catellan - Escrivão de 2<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 1<sup>a</sup> R.M., em 27-10-66.

Pedro Augusto Costa de Almeida - Oficial-de-Justiça de 1<sup>a</sup> entrância, removido, a pedido, para a 1<sup>a</sup> Auditoria da 2<sup>a</sup> R.M., em 16-11-66.

### VIII) Aposentadorias

Othildo Vieira Dantas - Escrevente-Juramentado Símbolo PJ-6, aposentado pelo Ato nº 1199, de 22-4-66.

Benedito Leite - Escrivão Símbolo PJ-4, aposentado pelo Ato nº 1218, de 6-5-66.

Luiz Gonzaga de Oliveira Paiva - Oficial-de-Justiça Símbolo PJ-8, aposentado pelo Ato nº 1220, de 9-5-66.

Ludovico Polini - Oficial-de-Justiça Símbolo PJ-7, aposentado pelo Ato nº 1238, de 23-5-66.

Oswaldo Lima Marques - Escrivão Símbolo PJ-4, aposentado pelo Ato nº 1241, de 26-5-66.

Floriano Pereira Franco - Escrivão Símbolo PJ-3, aposentado pelo Ato nº 1339, de 9-9-66.

4) CONCURSOS REALIZADOS:

Tesoureiro

Concurso público de provas em que foi classificado 1 (um) único candidato. Homologado pelo Tribunal, em sessão de 20-5-66.

Motorista

Concurso interno de provas em que foram classificados 16 candidatos. Homologado pelo Tribunal, em sessão de 13-6-66.

Contador

Concurso público de provas em que não houve candidato classificado. Relatório aprovado pelo Tribunal, em sessão de 8-7-66.

Oficial-Judiciário

Concurso público de provas em que foram classificados 64 candidatos. Ainda não homologado pelo Tribunal.

Auxiliar-de-Escrevente (2ª entrância)

5) LEGISLAÇÃO DE PESSOAL:

Lei nº 5.014, de 7-6-1966 - Altera a carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 8-6-1966.

Decreto-lei nº 26, de 7-11-1966 - Cria a Auditoria da 11ª Região Militar e dá outras providências. (Cria cargos para a composição da Auditoria e respetivo Cartório). Publicado no D.O. de 7-11-1966.

6) PESSOAL MILITAR:

Em 1966 deu-se a seguinte movimentação de militares:

Oficiais:

Março: Apresentação do Cap. José Gonçalves Fontoura (Min. Gen.Ex. Olympio Mourão Filho); desligamento do Maj. José Antonio Vitral Monteiro (Min.Gen.Ex. Olympio Mourão Filho)

Maio: Desligamento do Cap.Av. Otávio Mário Oliveira de Moncada Cunha (Min. Ten. Brig. Gabriel Grun Moss).

Setembro: Apresentação do Cap.-de-Corveta Fábio de Freitas (Min.Alte.Esq. José Santos de Saldaña da Gama).

Praças: INCLUSÃO

EXCLUSÃO

MARINHA:

Junho: Um CB FN

Janeiro: Um 3º Sgt

EXÉRCITO:

Janeiro: Um 2º Sgt

Janeiro: Um 1º Sgt

Abril: Um 3º Sgt

Março: Oito Sds

Oito Sds

Julho: Um 3º Sgt

Agosto: Nove Sds

Novembro: Um 2º Sgt

Outubro: Um Sd.

Oito Sds

AERONÁUTICA:

AERONÁUTICA:

Janeiro: Um CB

Abril: Um Sd.

Abril: Dois CBS

Junho: Um CB

Julho: Um CB

Agosto: Um CB

Novembro: Um CB

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:

Março: Um Sd.

5<sup>a</sup> PARTE

ORDEM DO MÉRITO JURÍDICO MILITAR

1) APRECIACÃO:

O Conselho da Ordem do Mérito Jurídico Militar reuni-se, durante o ano de 1966, duas vezes, para apresentação e estudo de propostas de admissão à referida Ordem, tendo ainda realizado duas Sessões Extraordinárias, para entrega de condecorações, sendo a 1<sup>a</sup> em 7 de março de 1966, quando da inclusão do Ministro Dr. Alcides Vieira Carneiro como membro nato da Ordem, em razão de sua investidura no cargo de Ministro deste Superior Tribunal Militar; a 2<sup>a</sup> em 1º de abril de 1966, data do aniversário do Tribunal, quando foram agraciadas diversas autoridades civis e militares.

Ainda com respeito à Ordem do Mérito Jurídico Militar, parece-nos deva o seu Regulamento sofrer algumas alterações, principalmente no que concerne à admissão de novos agraciados, a fim de não vulgarizar a concessão das medalhas.

Assim, seria interessante fosse exigido um "Curriculum Vitae" rigoroso, pelo qual pudesse ser aferidas as condições necessárias à admissão do proposto e que pudesse inclusive servir realmente como "Citação", o que não ocorre presentemente.

Outra alteração seria a criação de um quadro limitado, a exemplo da Ordem do Mérito Naval etc, o que seria possível nos graus de Distinção e Alta Distinção, excluídas as outras categorias, em razão das exigências que regulam o ingresso nas mesmas não poderem sofrer restrições, tendendo a que normalmente os funcionários da Justiça Militar que alcançam determinado Tempo de Serviço, desde que satisfeitas outras condições, são incluídos nas Categorias de Bons Serviços, 1<sup>a</sup> ou 2<sup>a</sup> classe.

2) RELAÇÃO DOS AGRACIADOS:

A) SERVIÇOS DISTINTOS:

I) ALTA DISTINÇÃO

Dr. José Ribeiro de Castro Filho  
Mal. Ademar de Queiroz

Pavilhão do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro  
Gen. Div. Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa  
Dr. Octávio Gouveia de Bulhões  
Dr. Arnold Wald  
Dr. Henrique La Roque  
Dr. Luiz Augusto de Rego Monteiro  
Dr. Astolfo Serra  
Gen. Bda. Ramiro Tavares Gonçalves  
Dr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo  
Gen. Juracy Magalhães  
Dr. Fernando Nobrega  
Dr. Vergniaud Wanderley  
Dr. José Pereira Lira  
Des. Dr. Frutuoso de Aragão Bulcão  
Des. Dr. Maurício Accioly Rabelo  
Procurador Dr. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e  
Albuquerque Junior  
Gen. Ex. R/l Dario Coelho  
Alm. Esq. Sylvio Monteiro Moutinho  
Ten. Brig. Ar. (Engº) Joelmir Campos de Araripe Macedo  
Maj. Brig. Ar. Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio  
Maj. Brig. Ar Martinho Cândido dos Santos  
Geh. Bda. Edson Figueiredo  
Dr. Adalício Nogueira  
Dr. José Eduardo Prado Kelly  
Dr. Aliomar Balleiro  
Dr. Hermes Lima  
Dr. Victor Nunes Leal  
Dr. Antônio Martins Vilas Boas  
Dr. Des. Antônio Marins Peixoto  
Dr. Luiz Gallotti  
Dr. Hahnemann Guimarães  
Dr. Cândido Motta Filho  
Dr. Alcino de Paula Salazar  
Dr. Eduardo Espíndola

II) DISTINÇÃO

Dr. Brenno Brandão Fischer  
Cel. Antônio Duarte de Miranda  
Dr. Alberico Saraiva Ribeiro  
Dr. Adhemar Vidal

Juiz Dr. José Gomes Bezerra Câmara  
Sr. Cláudio Rosière  
Dr. Carlos Angelim do Couto  
Dr. Theóphilo de Azeredo Santos  
Dr. Lúcio Marques de Souza  
Dr. Herculano Marcos Borges da Fonseca  
Maj. Geraldo Sampaio Vaz de Mello  
Cel. Dr. Washington Augusto de Almeida  
Maj.(Md.) Dr. Wilson Benevides Canella  
Dr. Carlindo Hugueney  
Dr. (Engº) José Luiz Pinto de Oliveira  
Dr. Armando José Buchmann  
Cel.(Engº) Francisco Fernandes Carvalho Filho  
Dr. Carlos Octávio da Veiga Lima  
Dr. Sebastião José França dos Anjos  
Dr. Luiz Gonzaga de Noronha Luz Filho

B) BONS SERVIÇOS

I) PRIMEIRA CLASSE:

Waldir Teixeira Soares  
João Figueiredo dos Santos  
Gregório Pereira da Silva  
Oswaldo Lima Marques  
Luiz Gonzaga de Oliveira Paiva

II) SEGUNDA CLASSE:

Angelo Cattelan  
João Lopes de Oliveira  
Antonio Pereira  
Levy da Silva Nunes  
Antonio Matias da Silva  
Quirino Freitas Braga  
Regina Martins Coelho  
Miguel Rodrigues Teixeira  
Dionisio Antônio Zaupa  
Sebastião Manoel Martins  
Alceu Russo  
Dr. Gaspar Serpa  
Alfredo Santos Filho  
Vera Marina Paranaguá Coutinho

Luiz Lima Marques  
Djalma Goss  
Benedicto Leite

63 PARTE

DIVERSOS

1) LEGISLAÇÃO NOVA:

Lei nº 4.929, de 18-2-66 - Prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais. Publicada no D.O. de 25-2-66.

Lei nº 4.984, de 18-5-66 - Dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-Lei nº 925, de 2-12-1938, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 23-5-66.

Lei nº 5.010, de 30-5-65 - Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 1-6-66.

Lei nº 5.021, de 9-6-66 - Dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público civil. Publicada no D.O. de 13-6-66.

Lei nº 5.023, de 9-6-66 - Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Superior Tribunal Militar - o crédito especial de R\$90.000.000 (nove milhões de cruzeiros), para aquisição de nove viaturas destinadas aos seus serviços. Publicada no D.O. de 14-6-66.

Lei nº 5.038, de 17-6-66 - Autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de R\$597.000.000 (quinhetos e noventa e sete milhões de cruzeiros), destinados ao Estado-Maior das Forças Armadas, ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal. Publicada no D.O. de 21-6-66.

Lei nº 5.091, de 30-8-66 - Dispõe sobre a prescrição do direito de ação judicial e de reclamação administrativa contra concursos públicos. Publicada no D.O. de 31-8-66.

Lei nº 5.136, de 11-10-66 - Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de R\$13.515.963.777, para atender às despesas de correntes do aumento de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União. Publicada no D.O. de 17-10-66.

Lei nº 5.143, de 20-10-66 - Revoga as leis relativas ao Imposto do Selo (art. 15). Publicada no D.O. de 24-10-66.

Decreto-lei nº 2, de 14-1-66 - Autoriza a requisição de bens ou serviços essenciais ao abastecimento da população e dá outras providências. (Competência da Justiça Militar para julgar as infrações aos dispositivos da Lei-delegada nº 4/62). Publicado no D.O. de 1-1-66 e retificado no D.O. de 11-2-66.

Decreto-lei nº 26, de 7-11-66 - Cria a Auditoria da 11ª Região Militar e dá outras providências. Publicado no D.O. de 7-11-66.

Decreto-lei nº 62, de 21-11-66 - Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-11-66.

Decreto-lei nº 81, de 21-12-66 - Reajusta os vencimentos / dos servidores civis e militares da União, adota medidas de natureza financeira, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-12-66.

Decreto-lei nº 86, de 27-12-66 - Altera o art. 11 da Lei nº 605, de 5-1-1949 (Feriados civis e religiosos). Publicado no D.O. de 28-12-66.

## 2) ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO:

Altera o capítulo "das Atribuições do Pessoal"  
(art. 158 e seguinte).

Atribuições adotadas para as funções de Assistente do Diretor-Geral e Escrivão-de-Pagamento, e para os cargos de Médico, Almoxarife, Tesoureiro, Contador, Chefe do Serviço-de-Transporte e Enfermeiro. Aprovadas essas atribuições, pelo Tribunal, em 8/8/66.

Encerramento dos trabalhos judiciais.

Altera o art. 22 - Fixa o encerramento dos trabalhos judiciais em 14 de janeiro de cada ano. Aprovada essa alteração, pelo Tribunal, em 23-9-66.

3) MENSAGENS:

Mensagem enviada pelo Ofício nº SC.P/147, de 18-5-1966 - Só solicitando abertura de crédito especial, no valor de Cr\$984.912.000, para atender a despesas com pessoal civil. - Não teve solução em face do Poder Executivo ter aberto outro crédito.

Mensagem enviada pelo Ofício nº SC.P/170, de 24-5-1966 - Só solicitando alteração na Lei Orçamentária.

Onde se lê: "construção de 102 apartamentos em Brasília"

Leia-se: "construção de apartamentos em Brasília" - Solucionado.

Mensagem enviada pelo Ofício nº SC.P/404, de 29-9-1966 - Só solicitando crédito suplementar, no valor de Cr\$.... 195.650.000, para atender a despesas com pessoal civil. - Em andamento.

Mensagem enviada pelo Ofício nº SC.P/413, de 19-10-1966 - Só solicitando crédito suplementar, no valor de Cr\$.... 2.000.000.000, destinado à conclusão de obras do edifício sede e dos blocos de apartamento de pessoal, em Brasília. - Em andamento.

Mensagem enviada pelo Ofício nº Ad.P./59, de 29-11-1966 - Reorganizando os Quadros dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, previstos na Lei nº ... 4.083, de 24-6-1962, e dá outras providências.

F I M

GK-1 Via - 90006008976640

